

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO CAMPO E DA CIDADE

**MILITANTES ESTUDANTIS E CULTURA
POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE
(1960-1990)**



ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO

Natal/RN
2004.

ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO



**MILITANTES ESTUDANTIS E CULTURA POLÍTICA
NO RIO GRANDE DO NORTE (1960-1990).**

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Dra. Maria da Conceição Fraga, como pré-requisito à conclusão da Especialização em História do Campo e da Cidade.

Natal/RN
2004.

PATRÍCIO, Adriana Cristina da Silva. *Militantes estudantis e cultura política no Rio Grande do Norte(1960-1990)*. 2004. 69 p. Monografia (Especialização em História do Campo e da Cidade) – Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal.

Natal/RN, ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

1º Examinador

2º Examinador

*Aos amores da minha
vida: meu filho, meus pais e meu
companheiro. E a todos aqueles que
ainda sonham e buscam a felicidade
para todos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos responsáveis pela base estrutural de toda a minha formação pessoal. A meu pai, José Patrício, homem batalhador, incansável na luta por melhoras pra sua família. Minha valiosa mãe, Maria do Carmo, generosa, viva e cheia de alegria. Meus irmãos queridos, Roberto e Leandro, no qual partilhamos uma infância e uma adolescência cheia de fantasias.

Ao meu amado filho Glauber que conseguiu administrar as ausências neste ano tão turbulento e compromissado e ajudou dando-me ânimo para conseguir superar todos os obstáculos. Ao meu companheiro Glacio, por ter feito jus a este adjetivo, me dando força e ajudando no dia-a-dia de nossas atividades.

Aos novos familiares que a vida me proporcionou, pessoas importantes do meu cotidiano como minha sogra Marta e meus grandes amigos Nivanete, Raniery, Michele pelos bons momentos de vida e luta.

Aos ex-militantes estudantis Luciano de Almeida, Henrique José Fernandes, Walter Júnior, Lázaro Amaro, João Maria Fraga, Sebastião Valério da Fonseca, Rogério Marques, Glácio Menezes, Cláudio Damasceno, Juscelino Bezerra, Manuel Bezerra, Renan Ribeiro, Ronaldo Marques, Serveni Cid, por terem se disposto a ajudar na pesquisa fornecendo valiosas informações, sem as quais não seria possível a realização da mesma.

A professora Dra. Maria da Conceição Fraga pela prestativa orientação neste trabalho, bem como, por toda ajuda, compreensão, carinho e força que nos dedicou durante esses dois últimos anos de vida acadêmica, incentivando-nos nos diversos espaços de conhecimento.

Aos professores do Departamento de História, que durante todos esses anos – desde a graduação – tivemos condições de conhecer e aproveitar bons momentos de socialização do conhecimento.

Aos amigos do curso de história – Rosana, James, Alenuska, Pedro, Wagner, Ildemberg, Sandra, Silvio entre tantos outros – que mesmo distante, revive as lembranças dos nossos momentos de estudo e desprendimento durante a graduação.

Aos antigos – Abrahão, Josicleia, Cristiane – e aos novos amigos – Rosangela, Márcia, Patrícia, Íris, Gileno, Lourdes, Eliane entre outros – que a Especialização em História do Campo e da Cidade nos proporcionou, pelas experiências e por nossa vitória conjunta em conseguirmos finalmente, superar tantas dificuldades para terminar o curso.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram nas diversas fases da pesquisa, orientando em algum aspecto, incentivando, dando força, compreendendo o meu não comprometimento em outras atividades que requeressem tempo e uma dedicação a qual não dispunha.

E por fim, a todos aqueles que ainda acreditam nas mudanças e agem na procura das transformações sociais, por me darem o fôlego, por me fazerem pensar que ainda vale a pena, e por me deixar cada vez mais ciente do meu papel de agente histórico, militante, comprometido em qualquer lugar que esteja, com um mundo melhor para o meu filho e para as novas gerações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 – CENÁRIOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA	13
1.1 O Brasil dos anos 60 e 70 e o Autoritarismo	14
1.2 Os anos 80 e a “Redemocratização”	20
2 – A CULTURA POLÍTICA DOS MILTANTES SECUNDARISTAS	32
2.1 Os militantes estudantis da década de 60	33
2.2 Os militantes estudantis da década de 80	37
2.3 Lidando com as formas de perseguição e repressão	43
2.4 Partido e Movimento Estudantil	45
2.5 A articulação do discurso	48
3 –DESAFIOS SOBRE A MILTÂNCIA POLÍTICA ESTUDANTIL	51
3.1 O movimento estudantil como espaço de sociabilidade	51
3.2 As mudanças culturais: sexo, drogas e <i>Rock and Roll</i>	54
3.3 A cultura política: uma herança?	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
FONTES E BIBLIOGRAFIA	66

INTRODUÇÃO

O Movimento Estudantil (ME) secundarista no Rio Grande do Norte tem sido analisado em diferentes perspectivas, em especial a dimensão da organização dos estudantes. Esta organização abarca aspectos das lutas políticas que os estudantes tem travado nestas últimas décadas, dando destaques as suas reivindicações gerais e específicas e sua atuação no seio das entidades construídas e reorganizadas.

A nossa pesquisa, com militantes estudantis, foi iniciada desde 2002, quando ainda terminávamos a Graduação no curso de História da UFRN. Naquele período, fizemos uma monografia, *Estudantes em perspectiva*¹, analisando o processo de organização do ME secundarista de 1982 a 1992, caracterizando as disputas, as mobilizações, as ações políticas dos estudantes secundaristas no Rio Grande do Norte, com maior enfoque na cidade do Natal, que acabava sendo o ponto de partida para atuação nas cidades do interior do Estado. O material que recolhemos nos permitia um conhecimento muito maior acerca do movimento estudantil daquele período que não conseguimos abordar nesta primeira pesquisa. Dessa circunstância metodológica, nasceu a idéia de aprofundarmos os nossos estudos na perspectiva de conhecermos melhor o comportamento e a cultura política dos militantes à frente do movimento, partindo do viés cultural, tentando recuperar fragmentos da memória e das práticas sócio-culturais desenvolvidas pelos atores, bem como o processo de sociabilidade desenvolvido no contexto do movimento.

Trabalharemos o conceito de militante concordando com as idéia de Fraga (2000) quando considera como militante os sujeitos que participaram fala das lutas

¹PATRICIO, Adriana C. S. *Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)*. 2002. Monografia (Graduação em História - UFRN). Natal.

políticas, ocupando espaços públicos, vivendo intensas experiências que modificaram a sua rotina de vida.²

Empregaremos à militância estudantil, os conceitos de sociabilidade de Fontenelle que estuda a constituição do sujeito político em Thompson analisando que as ameaças que se assumem a um grupo de pessoas acabam provocando imagens que as tornam mais unidas³; e em Miranda que analisa a identidade como processo de integração a coletividade humana.⁴ Para tratarmos da memória coletiva, construída pelos militantes, usaremos as contribuições de Halbwachs que contribui muito na legitimação da escolha da história oral para análise da memória, sobretudo, por ser um autor que privilegia a memória de grupos.⁵

Como Camargo (1994) nos lembra “a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea”⁶ e o “uso da História Oral nos oferece essa possibilidade de entender o ator por dentro, no cerne da sua cultura política, e uma cultura política em movimento”.⁷ Essas idéias são essenciais na compreensão dos resultados que caracterizam o comportamento do ator – militante secundarista – político da História recente, tentando complementar o que os documentos escritos não abordam. Compreendemos que a oralidade é tão importante quanto os outros tipos de fontes da nossa disciplina como, por exemplo, as escritas, que não podem requerer os postulados da objetividade porque também foram produzidas por sujeitos históricos pertencentes a um grupo e um local social. As fontes orais se

² FRAGA, Maria da Conceição. *Memória articulada e memória publicizada*. 2000. Tese (doutorado em Sociologia). Fortaleza. p. 291.

³ FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E.P. Thompson. In: *SOCIABILIDADES*. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

⁴ MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. In: *SOCIABILIDADES*. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

⁵ HALBAWCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p.25.

⁶ CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta (Org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75.

⁷Ibid. p. 84.

mostram metodologicamente essenciais porque privilegiam a análise das representações sobre a política, já que as fontes escritas são escassas e perpassam a visão única dos donos dos meios.⁸ Não devemos pensar que resgataremos o passado, porque como a memória, ele também é reconstruído. Fraga (2000) acrescenta a esta discussão que:

Nem a história social, nem as pesquisas sobre ela, são feitas por seres isolados, mas sim, e em qualquer época, construídas por homens e mulheres que vivem coletivamente, e por isso mesmo são vivências que revelam um universo permeado de significados, seja eles na temporalidade do passado e do presente, seja na dos cenários que apresentam para o futuro.⁹

A nossa pesquisa, inserida na História Social, dentro do contexto do espaço urbano, analisa dimensões da cultura política dos militantes estudantis secundaristas nos anos de Autoritarismo (anos 60 e 70) e após a Redemocratização (anos 80), apresentando práticas, objetivando investigar valores construídos por estes dois grupos de militantes políticos que vivenciaram contextos distintos.

Esta abordagem se baseia nas prerrogativas da Nova Historiografia que estende seus métodos procurando compreender o cotidiano e a memória dos variados segmentos. Por muitos séculos a forma dominante de se fazer história foi à narração dos acontecimentos políticos e militares das sociedades, ajudando a construir e conservar uma memória que privilegiasse os grupos que hegemonizavam o poder. Durante o período Iluminista, ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica, procurando observar a história da sociedade, abordando a história sócio-cultural das estruturas. Contudo a metodologia *Rankeniana* arruinou esta nova tendência com o seu retorno ao estudo da história política de forma empírica. Só no séc. XX, com o aparecimento da *Escola dos Annales* (1929-1989), que novas propostas conseguiram

⁸ FRAGA, M. Conceição. *Memória articulada e memória publicizada*. 2000. Tese (doutorado em Sociologia). Fortaleza.

⁹ Ibid. p. 27 e 28.

abrir a discussão na academia, segundo Peter Burke (1997), o que causou a revolução da historiografia.¹⁰ A nova história apresentada pelos *Annales* traz uma proposta interdisciplinar de estudo, trabalhando a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. É partindo desta proposta de análise sócio-cultural que nos propomos a pesquisar os militantes secundaristas do Rio Grande do Norte, dentro do contexto dos movimentos sociais.

Além do nosso trabalho – citado anteriormente – a bibliografia disponível no Estado sobre o ME não abarca o objeto, nem o período por nós proposto, o que nos leva a pesquisa principalmente em fontes primárias. Na historiografia local existem trabalhos sobre o movimento estudantil tais como *Estudantes e Política* da Professora Justina Silva (1989), cujo objetivo é a análise do movimento estudantil universitário no período de 1960-1969, apresentando um resumo do quadro do movimento secundarista nos anos anteriores¹¹; a tese de mestrado de Carlos Alberto Andrade (1994) que analisa a organização política dos estudantes da UFRN no período de 1974-1984¹²; o trabalho monográfico de Souza Campos (2000) que examina o processo de transição de grupos na UMES a partir da segunda metade da década de 1990¹³, e o de Maia (2003) que trata da Ocupação da reitoria em 1984 feita pelos estudantes universitários da UFRN.¹⁴ Podemos encontrar vasta literatura que investiga o movimento estudantil no período ditatorial, mais especificamente sua atuação nos grandes centros urbanos do país como

¹⁰ BURKE, Peter. *Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

¹¹ SILVA, Justina Iva. De A. *Estudantes e política: estudos de um movimento (RN – 1960-1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

¹² ANDRADE, Carlos A. N. *A organização política dos estudantes da UFRN (1974-1984)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação – UFRN). Natal.

¹³ CAMPOS, Anderson de Souza. *Movimento estudantil: quando novas práticas entram em cena*. 2000. Monografia (Graduação em Ciências Sociais – UFRN). Natal.

¹⁴ MAIA, Michelle Pascoal. *A ocupação da Reitoria (1984): “seis dias que abalaram a UFRN”*. 2003. Monografia (Graduação em História). Natal.

Ventura (1988) *1968, o ano que não terminou*, Poerner (1979) *O poder jovem*, Sanfelice (1986) *Movimento estudantil* entre outros.¹⁵

Muito embora esses trabalhos de âmbito nacional abordem o ME genericamente, sem apresentar abordagens voltadas as práticas culturais, estas obras tornam-se importante na compreensão do pensamento dos militantes, que tiveram todo um imaginário construído a partir da imagem mítica/heróica que algumas obras apresentaram.

O texto de Almeida (1998), *Carro zero e pau-de-arara*¹⁶, que trabalha o cotidiano das oposições de classe-média durante as décadas de 60 e 70, ajudou na organização do trabalho, dando referência metodológica na abordagem do cotidiano militante em seus diferentes aspectos.

Objetivamos construir o trabalho sobre a vida militante respondendo a questionamentos como: O que significava fazer militância dos anos de 1960 e nos anos de 1980? O que pensavam os militantes neste diferentes períodos? Como se diferenciavam dos outros jovens? Como se comportavam nas relações internas do movimento e na suas relações privadas? Qual o legado dessa militância política para suas vidas?

Metodologicamente, além do conhecimento prévio que havíamos adquirido sobre o ME na nossa primeira pesquisa, recorremos a apoio de novos depoimentos para preencher algumas lacunas que as entrevistas recolhidas não abarcavam. As novas entrevistas – diferente das de 2002 que tinham por objetivo abordar toda a temática de organização do ME – procuraram manter questionamentos que explorassem mais o cotidiano e as práticas públicas e privadas dos militantes. Dividimos, as referidas, em

¹⁵Ver: VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*; POERNER, Artur J. *O poder jovem*; SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*.

¹⁶ ALMEIDA et al. *Carrô-zero e pau-de-arara*. In: SCHWARCZ, Lulá M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

três blocos onde: primeiramente, o depoente falava os seus dados pessoais; em seguida nos fornecia informações sobre sua vida militante, respondendo a questionamentos da entrevistadora; e no final fazia um balanço da sua atuação no ME, bem como avaliava o legado dessa militância para sua vida. O material recolhido nos possibilitou fazer uma análise mais detalhada da militância estudantil da década de 1980, de onde conseguimos adquirir um número maior de entrevistas.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trabalhará os dois cenários políticos do país – década de 60 e de 80 – nos quais os estudantes se inseriram, destacando suas transformações econômico-político-sociais; O segundo abordará as experiências cotidianas, dos militantes estudantis, responsáveis pela formação da cultura política, dando destaque aos comportamentos e as diversas relações por eles mantidas; e o terceiro capítulo reflete sobre o comportamento militante-juvenil, que compôs a vida dos protagonistas da história política estudantil nos anos 60 e 80, terminando com uma avaliação do legado desta militância.

1. CENÁRIOS DE MILITÂNCIA POLÍTICA

O nosso país, a partir de meados do século XX, passou por diversas transformações, fruto de uma política de desenvolvimento capitalista mundial. O século XX foi marcado por inúmeros acontecimentos inéditos na história, que tiveram repercussões mundiais e influíram na vida política de todas as nações. A Primeira Guerra Mundial, acompanhada logo em seguida da Revolução Russa, foram fenômenos de repercussão mundial; a crise econômica de 1929; o surgimento e crescimento do nazismo e fascismo na Europa, bem como a Segunda Guerra Mundial, influenciaram nas decisões políticas, econômicas e sociais de todo o mundo. O contexto da Guerra Fria, a qual bipolarizou o mundo a partir de 1945, deve ser destacado nos processos de análise que qualquer país que – direta ou indiretamente – sofreu intervenções das duas grandes potências mundiais, a URSS e os Estados Unidos.

As transformações sociais e culturais devem ser também consideradas em qualquer análise, pois o século XX assistiu a inúmeros movimentos de ruptura com a velha ordem dos costumes e das idéias, intensificados devido ao acúmulo de informações que os meios de comunicação e as novas tecnologias conseguiram produzir, sendo palco do que Hobsbawm vai chamar de “Revolução Cultural e Social”, onde há mudanças significativas no campo da família, dos gêneros e das gerações.¹⁷

Essas transformações se inserem no processo de desenvolvimento estrutural do capitalismo rumo à globalização dos mercados e das idéias do sistema. O Brasil, como país econômica e politicamente dependente e subdesenvolvido, participa desse processo, sofrendo a interferência dessa gama de transformações do cenário mundial.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



Neste capítulo, vamos analisar o Brasil em dois diferentes processos: os anos dos Governos Militares e os anos de “redemocratização”.

1.1 O Brasil dos anos 60 e 70 e o Autoritarismo

Durante os anos 60 e 70 do século XX, o Brasil esteve sob o comando dos governos militares, os quais organizaram uma forma de governo combinando crescimento econômico e práticas autoritárias, frutos de uma política de resguardo da estrutura capitalista ameaçada pelas revoluções socialistas, que se desencadearam pelo mundo afora a partir daquele período. Os golpes militares se intensificaram na América Latina, principalmente depois da Revolução Cubana de 1959, onde, em plena Guerra Fria, temia-se que a égide do Comunismo Soviético se propagasse pelo Ocidente. Quando os militares tomaram o poder, consideraram o ato como uma revolução. Já os contrários ao regime, denominaram como golpe. Fernando H. Cardoso, em *O Modelo Político Brasileiro*, afirma:

Está claro que ninguém (e menos ainda àqueles que deram o golpe) ocorreria pensar que 64 significou uma revolução, na acepção corrente da palavra, isto é, uma modificação nas bases do poder de tal modo que camadas sociais e economicamente antes dominadas tivessem passado, depois de 64, a dispor de maior poder de decisão.¹⁸

Dada esta definição, trataremos como golpe o movimento deflagrado em março de 1964, fruto de um processo programado que se iniciou desde o começo dos anos 60, quando as forças conservadoras temiam que os progressistas e revolucionários tomassem a frente do país.

¹⁸ CARDOSO, Fernando H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972. p. 51

Em Natal, o golpe de 1964 encontrou o município nas mãos do prefeito Djalma Maranhão, considerado subversivo, que foi preso e dado como desaparecido durante o período militar. No livro de Mailde Pinto Galvão, *1964 Aconteceu em Abril*, podemos ter uma idéia da atuação de lideranças estudantis envolvidas nos projetos populares da administração de Djalma Maranhão, como por exemplo, no projeto *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*.¹⁹ A maioria das lideranças estudantil presa, que naquela época já estavam no curso universitário, tinha se engajado politicamente através da atuação no movimento estudantil secundarista. Os militares perseguiram todos aqueles que tinham um envolvimento político contrário às práticas antidemocráticas e, com isso, fechou as entidades estudantis. Só a partir da década de 80 é que os movimentos populares tiveram condições de se reestruturar, e este foi o caso do movimento estudantil aqui em Natal.²⁰

Com o golpe, os militares trataram de estruturar e organizar o Estado de acordo com o novo regime. A ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao “inimigo interno”, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado Brasileiro.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1), que cassou 378 políticos inicialmente, demitiu 10.000 funcionários e abriu investigação para mais 40.000,²¹ foi decretado em 9 de abril de 1964. Naquele momento, o então presidente Castelo Branco criou a Comissão Geral de Investigação (CGI) para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país e, em junho, implantou o Sistema Nacional de Informação (SNI).

¹⁹ GALVÃO, Mailde Pinto. *1964, aconteceu em Abril*. Natal: Clima, 1994.

²⁰ Patrício. Adriana C. S. *Estudantes em perspectiva*. 2003, Natal.

²¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1990.

Ao ser derrotado nas eleições estaduais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o governo edita o AI-2, em outubro de 1965, que acaba com todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional; torna indireta as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da justiça militar. Na prática, só poderão existir, daí por diante, dois partidos políticos: um governista – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um de oposição consentida – Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O Ato Institucional nº 3 (AI-3) é decretado em 1966 e a eleição para governadores também é tornada indireta. Nessa primeira fase do regime, há uma certa abertura aos movimentos de oposição. Até 1968, pode-se considerar um período mais brando da ditadura. Devagar, a oposição ao Regime vai readquirindo força no âmbito das ruas, das fábricas e das escolas, apesar de toda a repressão. Em março de 1968, no Rio de Janeiro, a polícia intervém contra uma manifestação de estudantes e mata o secundarista Edson Luís, 18 anos, e, após este acontecimento, espalha-se por todo o país manifestações públicas de protesto. Para interromper todas aquelas manifestações de oposição, o governo de Costa e Silva decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que ao contrário dos atos anteriores, não vinha com vigência de prazo. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis Assembléias Legislativas Estaduais e dezenas de Câmaras de Vereadores em todo o país.

O resultado de todo esse arsenal de atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando, principalmente a clandestinidade como forma de oposição.

Embora sofrendo com a censura, o ramo artístico também preparou uma forma de se opor ao governo, através da Música, do Humor, do Teatro entre outras manifestações, as quais criticavam, muitas vezes metaforicamente, os governos

militares. A exemplo, podemos citar a Música Popular Brasileira (MPB) que produziu, durante este período, muitos dos seus clássicos, como as canções de Chico Buarque de Holanda – chamado periodicamente aos Departamentos de Polícia Política por causa de suas produções, como: *Cálice e Apesar de Você* entre tantas outras – que tinham todo um viés político social. Os festivais da MPB, as charges de Ziraldo, as peças de Augusto Boal, todas essas manifestações tentavam ludibriar a censura de alguma forma, servindo como instrumento de crítica. Como a arte e, conseqüentemente, os artistas são visíveis a sociedade, a repressão não pode agir abertamente com a tortura para reprimir este segmento, usando o exílio como arma para expulsar e afastar a ameaça cultural do país.

Em 1969, Costa e Silva afasta-se do poder e os três ministros militares impedem a posse do vice-presidente (Pedro Aleixo). Em resposta ao AI-5, a resistência armada intensifica suas ações e parte para os sequestros, exigindo em troca a liberdade de presos políticos; a Junta Militar, por sua vez, adota as penas de morte e banimento, tornando mais duras as proibições previstas na Lei de Segurança Nacional.

Sob a liga “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de outubro de 69, ao governo que representará o período mais absoluto da repressão, violência e supressão das liberdades civis da história republicana. E, dentro daquele contexto, o país viveu a fase do “Milagre Econômico”, dos projetos de impacto e das obras faraônicas, como a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Este dupla face do sistema vai levar a classe média, a principal organizadora da oposição ao governo, a vivenciar contradições no seu pensamento e prática. Segundo Almeida (1998) “a combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago”.²² De um lado, havia toda uma rejeição ao sistema autoritário, a tortura. E do outro lado, a abertura a novas possibilidades

²² ALMEIDA, M. H. T et al. Carro-zero e pau-de-arara. In: SCHWARCZ, Lula Montz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 333.

profissionais que levavam a melhores remunerações, dando acesso a posições mais confortáveis na sociedade aquisitiva em formação.

Em 1969, foi criada - e só oficiosamente assumida pelas autoridades militares - a Operação Bandeirantes (OBAN), que se nutria de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros. A OBAN foi composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, enfim todos os tipos de organismos de segurança e policiamento.

A inexistência de estrutura legal conferiu ao novo organismo uma mobilidade - e impunidade, quanto aos métodos - que garantiu importantes vitórias na chamada "luta contra a subversão". Tais êxitos levaram a que altas esferas responsáveis pela segurança nacional considerassem aprovado o teste e, então, o tipo de estrutura da OBAN serviu de inspiração para a implantação, em escala nacional, de organismos oficiais como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Os DOI-CODIs surgiram em janeiro de 1970, e passaram a dispor, em cada jurisdição oficial, do comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, fossem das Forças Armadas, fossem das polícias estaduais e federais.

Dotados de existência legal, comandados por um oficial do Exército, providos com doações orçamentárias regulares, os DOI-CODIs passaram a ocupar o primeiro posto na repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos direitos humanos. Mas, tanto o Departamento de Ordem Política e Social, de âmbito estadual (DOPS), como as delegacias regionais do Departamento de Polícia Federal (DPF) prosseguiram atuando também em faixa própria, em todos os níveis de repressão:

investigando, prendendo, interrogando e, conforme abundantes denúncias, torturando e matando.

No caso de São Paulo, o DOPS chegou praticamente a competir com o DOI-CODI na ação repressiva, reunindo em torno do delegado Sérgio Paranhos Fleury uma equipe de investigadores que, além de torturar e matar inúmeros opositores, eram, simultaneamente, integrantes de um bando autodenominado “Esquadrão da Morte”.

Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei. As capturas eram cercadas de um clima de terror, do qual não se poupavam pessoas isentas de qualquer suspeita.

A formação dos inquéritos policiais de presos políticos foi, a partir de 1969, dividida em duas partes: a fase do DOI-CODI ou dos organismos de segurança das forças armadas, e a do “cartório”, em que os presos passavam à disposição dos DOPS ou da Polícia Federal, encarregados de “formalizar” os inquéritos. Na primeira fase, a incomunicabilidade e os maus tratos físicos e mentais eram a tônica dos chamados “interrogatórios preliminares”. Na maioria das vezes, nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança. E, nas poucas vezes em que isso foi executado, a data indicada não correspondia ao verdadeiro dia da prisão. Os órgãos de segurança tinham sua própria lei e a prática de tortura era comum contra os “subversivos”.

A tortura no período militar foi institucionalizada. Ela era estudada, se sabia como praticá-la de forma eficiente. Existia todo um aparato de órgãos, cárceres privados e médicos legistas, cujos envolvimento eram notórios na prática repressiva.

Esse cenário levou muitas pessoas e, dentre elas, os militantes estudantis, a se engajarem aos grupos de oposição clandestina, moldando suas vidas em torno de princípios de segurança que pudessem garantir sua sobrevivência e do grupo do qual faziam parte. Alguns deles foram mortos pelos órgãos de repressão, como os militantes estudantis do RN, José Silton Pinheiro e Emanuel Bezerra dos Santos²³, importantes protagonistas do Movimento Estudantil Secundarista dos anos 60. Outros sobreviveram e estão aí para contar a História daqueles difíceis tempos.

A partir de 1974, há uma mudança no regime e dá-se início o processo de abertura política. Neste contexto, os movimentos sociais passam a valorizar a democracia como objetivo principal e viável.

1.2 Os anos 80 e a “Redemocratização”

A transição entre Governos Militares e Nova República é analisada pela historiografia de diferentes maneiras. Há os que consideram que houve um processo de distensão; outros avaliam como uma abertura política, fruto de uma transição pactuada. Construiremos uma análise desse período, partindo de algumas dessas posições contidas na historiografia atual.

Desde a posse de Ernesto Geisel, em 1974, o Brasil começou a passar pelo processo de “distensão”, seguindo a ordem de uma mudança lenta, gradual e segura, sob o controle dos militares. Segundo Evaldo VIEIRA (1986), “a distensão significava em última análise, institucionalizar os princípios de segurança nacional e do desenvolvimento disfarçando-os em princípios constitucionais”.²⁴

²³ Ver mais: ARAÚJO, Maria do Amparo et al (Com. Org.). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

²⁴ Apud ANDRADE, Carlos. *A Organização política dos estudantes da UFRN*, p.60.

No fim dos anos 70, o Brasil enfrenta inúmeras manifestações contra o regime ditatorial: lutas contra o autoritarismo e reivindicações pela anistia para presos políticos. Segundo Bresser PEREIRA (1987) a “abertura”, dentro do contexto político por nós estudado, significa “(...) o processo através do qual os governos militares controla, cedendo e ao mesmo tempo protegendo o mais possível processo de redemocratização, com o objetivo último de perpetua-se no poder”.²⁵ No início dos anos 80, torna-se evidente o esgotamento dos governos militares e nota-se um amplo movimento de redemocratização em todo o continente.

A partir de 1980/82, o crescimento econômico estagnou em toda a América Latina, levando a maioria dos países a rever suas políticas econômicas e sociais.²⁶ Os governos militares não possuíam nem recursos nem projetos para sair da crise, enquanto inúmeras manifestações do povo tomavam as ruas.

Segundo a literatura, a transição entre ditadura e regime “democrático-representativo” no Brasil se deu de forma lenta e gradual, seguindo um acordo entre os setores conservadores e as forças progressistas da oposição. Teixeira Silva (1990) caracteriza duas formas clássicas de transição: *por colapso*, que concerne em rupturas bruscas contra o autoritarismo vigente – ocorridas em países como Argentina, Bolívia e Grécia; e *pactuadas* que se dão de forma acordada, assegurando a ordem e a conservação do poder nas mãos das forças dominantes – como foi o caso do Brasil, por exemplo.²⁷ Elizabeth XAVIER descarta a hipótese de transição pactual alegando que:

Na verdade, ela foi negociada pelos ‘notáveis do regime’, por militares e por setores das velhas lideranças interessadas na continuidade e não na ruptura(...) Mas as expectativas de mudança concentraram-se na idéia básica de que deveria

²⁵ ANDRADE, Carlos. *A Organização política dos estudantes da UFRN*, p.61.

²⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Brasil em direção ao século XXI*. p. 385.

²⁷ Ibid.

ser institucionalizadas novas articulações entre as associações emergentes e um poder público remodelado. De fato, tais expectativas não se realizaram. E a crise do poder público, longe de atenuar-se, aprofundou-se no quadro da Nova República (grifo do autor).²⁸

Percebemos que a Nova República teve seu surgimento marcado pela frustração de milhões de brasileiros, os quais acreditavam em mudanças que levariam a um real processo de redemocratização do país. O início dos anos 80 foi marcado por intensas mobilizações e greves (como a do ABC) em São Paulo e também por um quadro altamente repressivo, deixando claro que, quando se fizesse necessário, a “linha dura” seria acionada para manter a ordem e a segurança.

A Anistia, a reforma partidária de 1979 e o retorno das eleições diretas para governador, aprovados pelo Congresso em novembro de 1980, foram componentes significativos na estruturação do quadro institucional.

É nesse contexto que os movimentos sociais começam a se reorganizar em suas entidades e partidos políticos. A criação de partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que durante os governos militares atuou como Movimento Democrático Brasileiro, reunindo os vários grupos de oposição que lutavam pelo poder institucionalmente –, Partido dos Trabalhadores (PT) e reorganização de outros como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), vão caracterizar as forças de oposição institucionalizadas. Os partidos comunistas, como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), também caracterizavam essa oposição, mas por não estarem na legalidade, atuaram dentro do PMDB até o período de sua legalização em 1985. A reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em seu XXXI Congresso, em Salvador/BA; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 1981, junto a inúmeras outras entidades estudantis e

²⁸ XAVIER, M. Elizabeth, et al. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. p. 269.

sindicais pelo país, caracterizaram a organização social de vários movimentos, que durante os governos militares se mantiveram na clandestinidade ou se refluxiram.

A UBES foi fundada em 25 de julho de 1948, com o objetivo de organizar os estudantes secundaristas do país. Junto a UNE – fundada em 1937 – foram protagonistas das diversas lutas que se desenvolveram no século XX, como a do “Petróleo é Nosso”, contra a “Ditadura Militar”, pela Anistia, pelas “Diretas Já”, a Constituinte e o “Fora Collor”.

Desde a decretação do Ato Institucional nº 5 em 1968, a UBES, junto com outras entidades gerais de estudantes, é extinta, jogando, a partir de então, grande parte de seus militantes na clandestinidade.

No final da década de 70, com a organização de algumas entidades estudantis universitárias e secundaristas, inicia-se o processo de discussão para a reconstrução da UBES e no dia 31 de outubro de 1981 a entidade geral dos estudantes secundaristas brasileiros é reconstruída.

O Movimento Estudantil (ME), apesar de ter suas lutas específicas, sempre atuou no eixo das lutas gerais da sociedade. Caracterizamos o ME partindo da idéia de Fraga (1996), que analisa o movimento estudantil enquanto movimento social, resguardando suas particularidades.

Compreendemos por movimento estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.²⁹



²⁹ FRAGA, Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1996. p. 4.

Como um movimento social dinâmico, surgido a partir da ação coletiva dos estudantes, o ME apresenta diferentes formas de atuação e organização, que são diretamente influenciadas pela conjuntura política na qual o movimento sobrevive.

Cardoso (1994), no seu estudo sobre a trajetória dos movimentos sociais, caracteriza esse em duas fases, a que denomina de primeira fase “*a emergência heróica dos movimentos*”, observando estes movimentos no período da ditadura, mas precisamente no contexto dos anos 70, onde os movimentos sociais não tinham uma presença tão marcante dos partidos políticos e reivindicavam mudanças que visavam quebrar com as relações clientelistas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. A segunda fase que denomina como *institucionalização*, ocorre noutro contexto político (década de 80), no período denominado de redemocratização do país. Nesse momento “*cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro.*”³⁰

Sob esta nova conjuntura, os movimentos sociais dão uma nova orientação às suas idéias e práticas e o militante que se insere neste contexto também baseia uma nova forma de vida e ação, muito embora vamos observar que os valores e as idéias de muitos, ainda, permaneçam voltados ao regime anterior.

Sob a base de uma “aliança democrática” que reunia alguns setores de oposição como PMDB, Partido Popular (PP), PC do B, PDT e setores conservadores do poder como o Partido Democrático Social (PDS) – nova denominação da Aliança Renovadora Nacional – entre outros, forma-se a candidatura de Tancredo Neves (PP) para presidente e José Sarney (PDS e ex-presidente do ARENA) para vice, criando a chapa que concorreria a presidência do país. O nome de Tancredo Neves uniu diversos segmentos da sociedade, que acreditavam na candidatura como instrumento importante no processo

³⁰ CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 83.

de redemocratização do Brasil, e, ao mesmo tempo, em que garantia as elites políticas uma transição controlada. A outra chapa foi composta pelos setores mais conservadores, tendo a sua frente Paulo Maluf (também PDS), apoiado pelos dissidentes de seu partido que não concordavam com o nome oficial de José Sarney e Tancredo Neves.

Em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral consagra Tancredo Neves como presidente do Brasil com 480 votos contra 180 votos de Paulo Maluf. No entanto, o presidente não chega a assumir, pois morre antes da sua posse, cabendo, então, a José Sarney, depois de um acordo, a ocupação da presidência da República.

A profunda crise que assolava o país permitiu ao povo criar uma imagem de Tancredo Neves como o presidente que, realmente, iria mudar o país e sua morte foi dada com uma grande comoção nacional. Essa reação era de se esperar, tendo em vista que o país saía de um regime ditatorial o qual, sob a forma do autoritarismo, reprimiu a sociedade durante 21 anos. No entanto, examinando as articulações políticas e tendo acesso a uma análise conjuntural, podemos observar que estas mudanças não foram tão significativas no contexto estrutural.

Após o processo de “Diretas Já” (1984), dado o fim dos governos militares (1985), com a eleição de um presidente civil (ainda que indiretamente), no conjunto do país, as esperanças voltavam-se, agora, para a convocação de uma Assembléia Constituinte. Sobre este processo constitucional, Teixeira Silva diz:

Suas funções, reais ou imaginárias eram múltiplas. Para a maior parte do povo deveria ser o momento em que seus anseios por uma maior participação política, econômica e social seriam preenchidos. Os partidos de esquerda como o PDT, o PT, os partidos Comunistas e uma parcela do PMDB esperavam, acima de tudo, remover o chamado ‘entulho autoritário’: uma série de leis e atos que desde a implantação da ditadura limitava o exercício da cidadania.³¹

³¹ SILVA, F. C. *Teixeira. Brasil em direção ao século XXI*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 385.

A Constituição de 1988 (aprovada no dia 05 de outubro) marca o fim desse “entulho autoritário” e é considerada a mais democrática Constituição, dando maior destaque aos direitos sociais. A Constituição de 1988 estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, com mandatos de 5 anos; o presidencialismo como forma de governo; a independência dos três poderes; restringe a atuação das Forças Armadas; voto facultativo, extensivo aos analfabetos e maiores de 16 anos por iniciativa própria. Porém, a característica mais importante da Constituição de 1988, o que levou a denominação de “Constituição Cidadã”, foi a incorporação de uma série de direitos civis e sociais. Os direitos civis clássicos são amplamente assegurados (liberdade de expressão, reunião, privacidade garantida, a inviolabilidade do domicílio, da correspondência e das comunicações e a proibição de prisão sem decisão judicial). Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) recuperam e ampliam, suas prerrogativas, constituindo-se em um freio face às pretensões do Poder Executivo. Estabelece-se, assim, a liberdade. A tortura e o racismo são transformados em crimes inafiançáveis. Amplia-se uma série de garantias trabalhistas.³²

A noção de cidadania passou a ser amplamente difundida a partir da Constituição de 1988. Mas, apesar de ser considerada uma Constituição Cidadã, sua atuação, na prática, está muito longe de ser alcançada. Tendo em vista essa realidade, os movimentos sociais passaram a exigir, nas suas reivindicações, a concretização de muitas leis que abrangem os direitos humanos na Constituição, mas que são deixadas de lado na prática da sociedade. A luta pela cidadania tornou-se a principal bandeira dessas lutas. No entanto, observamos também uma apropriação indevida do termo cidadania no

³² SILVA, F. C. *Teixeira. Brasil em direção ao século XXI*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 391.

conjunto da sociedade. Dagnino (1994) em seu estudo sobre *Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, destaca:

Ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade. Nesse sentido, evidentemente as apropriações e a crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação do seu significado e, portanto, de seus limites.³³

Lutar por cidadania parece ser um marco que agrupa todas as classes sociais. Isso deve-se exatamente por esta diversidade de conceitos sobre o tema. O postulado liberal, que caracterizou a cidadania criada no século dezoito para responder às exigências daquela sociedade, está sendo usado até hoje. A cidadania não pode ser vista apenas como o direito a participar da vida política do país. Esse pensamento é visualizado pelos setores mais conservadores da sociedade, os quais apresentam os conceitos distorcidos de cidadania e democracia, garantido assim a permanência da ordem e de seus interesses. Dagnino propõe uma nova noção de cidadania, onde se responde a emergência de duas dimensões: partindo das experiências concretas dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano, quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. – “*Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania.*”³⁴, e outra noção, cuja abordagem sobre a cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. *Essa nova noção de cidadania*

³³ DAGNINO, Ivelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 102.

³⁴ Ibid. p. 104.

*expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo.*³⁵

No Brasil, essas novas dimensões começaram a ser discutidas e implementadas (pelo menos na lei) a partir da Constituição de 1988. A Constituição, apesar de ter apontado para inúmeros avanços sociais, não pode ser considerada como um marco de vitória para as camadas populares, pois se criou, na própria Constituição, mecanismos de revisão, pelos quais convocou-se o Congresso Nacional para, em 1993, promover a sua revisão. Esses mecanismos foram mais uma garantia para as elites de controlar e imporem seus interesses. Mas, a partir da redemocratização do país, os movimentos populares vão lutar contra os abusos e as retiradas de seus direitos, o que vai dificultar um pouco a atuação livre dos grupos conservadores.

No campo econômico, o Brasil, nos anos 80, sofreu uma enorme crise financeira, fruto ainda da política de endividamento externo acumulado ao longo dos anos anteriores. Há um verdadeiro esgotamento do modelo econômico implantado desde fins do Governo Vargas e as consequências de uma industrialização, baseada na formação de um capitalismo dependente, dão margens a uma crise que, por muitos autores caracterizou a década de 80 como a “década perdida” devido a recessão, o desemprego e a miséria. No ano de 1986, foram criados três planos econômicos que tentaram estabilizar a economia do período: Plano Cruzado I (fevereiro); Cruzadinho (junho) e Plano cruzado II (novembro). Entretanto, esses planos não lograram êxitos. A inflação, que chegara a 57,4% em 1986, salta para 365,7% em 1987. A pressão inflacionária revolta operários e desespera a classe média urbana, promovendo um violento clima de mal-estar.

³⁵ DAGNINO, Ivelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 104.

Mais uma tentativa do governo é feita em 1988, com o Plano Bresser. Esse Plano, apesar de promover grandes perdas salariais, não consegue conter a inflação, que chega, em 1988, a 933,6% ao ano. O mal-estar social explode em amplos movimentos grevistas e a repressão governamental é feita com vigor, causando vários conflitos e mortes nos campos e nas cidades.

Problemas de corrupção também entram em cena nesse momento e isso leva o país, através da mídia, a criar a imagem do “marajá inimigo do povo”, responsabilizando o mal e corrupto funcionário público pela miséria da população. Começa-se a criar um novo imaginário na população, cuja utilização será bem aproveitada na próxima campanha presidencial.

Em um clima geral de descrédito, Fernando Collor de Mello denuncia, publicamente, o governo por corrupção, encontrando uma amplíssima audiência.

Em plena crise econômico-financeira e numa ofensiva de acusações de corrupção, iniciou-se a disputa eleitoral de 1989. Foram as primeiras eleições diretas para presidente no Brasil desde 1960. Todos os candidatos se colocaram no campo da oposição.

A política neoliberal é iniciada no Brasil a partir do governo Collor, colocando em prática a política de “Estado Mínimo”, extinguindo órgãos públicos, demitindo e pondo em disponibilidade milhares de funcionários públicos e abrindo um vasto programa de privatizações.

O Neoliberalismo já organizava seus princípios econômicos pelo mundo desde os fins da década de 40. Perry Anderson (1995) afirma que *“O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado*

intervencionista e de bem-estar.”³⁶ Com a crise do Capitalismo, em 1973, nos diversos países do mundo, as idéias neoliberais ganham força. No Brasil, essa política é implantada a partir do governo Collor. Os grupos sociais – estudantis e sindicais principalmente – passam, a partir de então, a levantar a bandeira de luta contra o Neoliberalismo.

Em maio de 1992, o irmão do presidente, Pedro Collor, denunciou o chamado “Esquema PC” que envolveu uma vasta rede de corrupção e extorsões, envolvendo o Presidente da República. O Congresso Nacional, sob pressão dos partidos de esquerda, resolveu abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a procedência das denúncias do irmão do Presidente e acabou descobrindo os desvios de dinheiro. Começou um processo de *Impeachment*, que levou às ruas de todo o país inúmeras manifestações populares pedindo o “Fora Collor”. Com uma grande propaganda da mídia, em especial da Rede Globo, os jovens brasileiros, denominados pela imprensa como “Caras Pintadas”, foram às ruas reivindicar o *Impeachment*. Esse momento da História, após a Ditadura Militar e as “Diretas Já”, foi caracterizado pela massiva participação dos estudantes, que organizados por suas entidades – a maioria secundaristas – vão às ruas e conseguem, pela primeira vez, na História fazer o *Impeachment* de um presidente no Brasil.

Na análise de OLIVEIRA (1994) sobre o contexto dos anos 80 e 90 o Movimento Estudantil é destacado:

O que aparece com nitidez, não são tanto as possíveis semelhanças com os anos 60 e 70, mas as diferenças entre dois países e dois mundos diferentes. Contemporâneos da crise do socialismo, a mobilização estudantil atual – mesmo no eixo Rio-São Paulo – não se guia pela idéia da revolução como porta para o futuro. Sua marca é a indignação ética, o repúdio as práticas imorais das elites brasileiras.³⁷

³⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*, p. 9.

³⁷ OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *A mitologia estudantil*, p. 170.

OLIVEIRA observa as mudanças na análise do ME do período militar e do momento presente. Como observamos nesta análise, a idéia central que mobiliza o estudante neste período aponta para a política institucionalizada. As bandeiras levantadas referem-se à luta por uma ética política, pela não corrupção.

2. A CULTURA POLÍTICA DOS MILITANTES SECUNDARISTAS

Para analisar a militância secundarista, faz-se necessário tentar compreender além do espaço do movimento estudantil, considerando todas as mudanças culturais pelas quais passa a juventude em determinada época, dado que os militantes estudantis, nessa primeira fase de atuação política, são adolescentes que recebem todas as influências da cultura juvenil corrente. Essa realidade nos proporciona um grande desafio, pois com essa particularidade fica ainda mais difícil compreender e diferenciar o que é característico da cultura juvenil e o que é próprio da cultura política militante.

Compreendemos o conceito de militante seguindo o raciocínio de Fraga (2000), que diz:

Militante é aquele que participou das lutas políticas, ocupou espaços públicos, ganhou visibilidade, viveu intensas experiências, distanciou-se da rotina dos demais membros da sociedade e construiu uma rotina própria de vida.³⁸

Ao analisar a cultura política dos militantes secundaristas, encaixamos perfeitamente este conceito, pois os estudantes que se inserem de forma intensa no movimento, mudam completamente seu cotidiano, fazendo com que as ações políticas sejam priorizadas em detrimento das outras esferas da sua vida privada. Muito embora essa doação leve o jovem militante a abrir mão de algumas atividades próprias à sua faixa etária, o engajamento no movimento parte de uma escolha feita pelo ator. Fraga analisa que “Como a militância é uma ação apaixonada, militar pode significar a realização de um trabalho gratificante”³⁹ e observamos que essa é a idéia que é passada pelos protagonistas, através dos depoimentos orais, discorrendo sobre sua participação no movimento estudantil.

³⁸ FRAGA, Maria da Conceição. *Memória articulada e memória publicizada: a experiência de parlamentares brasileiros*. Fortaleza, 2000 (Tese). p. 291.

³⁹ *Ibid.*, p. 279.

Para melhor entendermos esta realidade, descreveremos, a seguir, as experiências dos militantes mostrando um pouco da sua cultura, idéias e valores.

2.1 Os militantes estudantis da década de 60

Os militantes estudantis da década de 60 iniciaram sua atuação no movimento num cenário que favorecia as idéias democráticas e populares, com o governo do presidente Jânio Quadros, seguido de João Goulart e, aqui em Natal, do Prefeito Djalma Maranhão. Os ideais revolucionários se alastravam por toda a América Latina após a Revolução Cubana de 1959 e isso criava uma expectativa nos movimentos sociais e populares que assustava as classes mais conservadoras do país. O golpe em 1964 surpreendeu drasticamente as organizações populares, entre elas, o movimento estudantil.

Naquele período, o movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte estava organizado a partir de duas entidades: A Associação Potiguar de Estudantes (APE) e o Centro Estudantil Potiguar (CEP).

A APE foi fundada em 1928, no Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, com o objetivo de representar os estudantes secundaristas no Estado do Rio Grande do Norte. Em 12 de maio de 1935, é fundado o CEP, entidade essa que, naquele mesmo ano, aglutinou as suas atividades à APE. Em 19 de julho de 1935, através do jornal “A Ordem”⁴⁰, o Centro Estudantil Potiguar comunicou aos estudantes a decisão tomada por unanimidade, em reunião dirigida por João Elysio da Rocha, seu presidente, a favor da fusão da ex-Associação Potiguar de Estudantes com o CEP, tornando-se esse a entidade

⁴⁰ Segundo Justina Iva SILVA “A Ordem” foi fundada em 14 de janeiro de 1935, pela Congregação Mariana de Moços da Arquidiocese de Natal e tinha como programa a defesa da ordem, conforme editorial do primeiro número. Este órgão foi um dos mais importantes jornais da cidade do Natal durante

representativa dos estudantes secundaristas. Tal medida se deu, segundo a nota, em obediência ao Decreto Federal assinado no Rio de Janeiro, fundando o Centro Estudantil Brasileiro. A partir de então, o CEP passou a coordenar as atividades políticas estudantis no Rio Grande do Norte, até que, em 1949, fundou-se, novamente, a APE e as duas entidades desencadearam uma luta permanente pela hegemonia do ME, até a extinção legal de ambas pela Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964.⁴¹

A APES⁴² coordenava os diretórios estudantis das escolas e seus militantes organizavam palestras para tratarem, principalmente, de temas relacionados à política. Segundo Luciano de Almeida estas discussões:



Nos introduziam nessa problemática política, econômica e social em âmbito nacional, ao mesmo tempo que nós líamos, procurávamos fundamentar a nossa visão de mundo para tentar discutir com a sociedade aquilo que nós julgávamos as propostas mais adequadas para transformar a realidade de miséria, de pobreza, de analfabetismo, de desigualdade social que havia no Brasil.⁴³

Os militantes estudantis que se preocupavam com a questão social tinham como um dos fundamentos da sua vida cotidiana a prática da leitura, compreendendo esta atividade como de extrema importância para a sua formação política. O interesse e a atividade política acabavam condicionando a vida individual e coletiva dos estudantes, os quais se doavam completamente ao movimento. Essa doação acabava influenciando em todos os aspectos da vida privada desta parcela da juventude. As relações com os

o século XX. Ver mais em: MÊLÔ, Rosana K. B. *A Ordem: Jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (jan. à mar. 1964)*. 2003. Monografia (Graduação em História – UFRN). Natal..

⁴¹ Ver mais em: SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

⁴² Segundo o registro do estatuto da entidade no 2º cartório de notas – com endereço na Av. Tavares de Lira, 85 – a APE (Associação Potiguar de Estudantes) passou a ser registrada enquanto APES (Associação Potiguar de Estudantes Secundários) em 09 de maio de 1960. No órgão oficial da APES dos anos 80 *ESTUDANTE*, publicado pela comissão Organizadora do Congresso de reconstrução da entidade, data do dia 30 de novembro de 1959 a reformulação do estatuto e do nome da entidade em Assembléia Geral.

⁴³ Luciano de Almeida em entrevista concedida a autora. Natal, 28 jun. 2004.

pais se tornavam confrontáveis, onde, muitas vezes, as posições eram de extrema divergência. Luciano relembra sobre esse ponto que:

Meu pai defendia uma visão muito diferente do mundo, da que eu defendia. (...) muitas vezes eu usava até a mesa do almoço e do jantar para fazer discursos contestatórios daquelas visões conformistas que eles tinham da sociedade.⁴⁴

No momento em que a repressão estava cada vez mais intensificada, onde os militantes assumiam uma posição clara contra o sistema e os governos vigentes, o cuidado, a ansiedade e até o medo dos pais de que alguma represália acontecesse a seus filhos adolescentes aumentava.

Dentro de um contexto de revolução cultural que o século XX propiciou, as características da juventude foram as que sofreram mais alterações. Hobsbawm, em *Era dos Extremos*, vê várias particularidades de uma nova cultura juvenil, revolucionando o novo contexto das relações sociais, a partir de 1950 à 60. Analisando o comportamento dos jovens de 1968, ele diz:

Para eles, o importante era, sem dúvida, não o que os revolucionários esperavam conseguir com suas ações, mas o que faziam e como se sentiam fazendo-o. Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução. Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se às mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção.⁴⁵

A vida do militante estudantil unia todas essas características. Luciano nos fala sobre essa explosão juvenil dos anos 60 aqui em Natal, no contexto do movimento.

Havia toda uma rebelião da juventude. Uma rebelião que se referia não somente as questões políticas, mas também a modos de comportamento, a novos conceitos e a novas práticas que se estabeleciam no posicionamento do jovem diante da sociedade e também diante de si mesmo. A questão das drogas não aparecia, aparecia mais uma rebelião contra as estruturas que considerávamos

⁴⁴ Luciano de Almeida em entrevista concedida a autora.

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 326.

anacrônicas como a família, como o Estado e que buscávamos superar isso através de novas práticas sociais, e essas práticas implicavam numa inserção de jovens nos movimentos sociais a nível de planeta.⁴⁶

Neste momento, as drogas realmente não tinham destaque. Só a partir dos anos de 1970 é que vamos começar a notar a inserção deste comportamento na juventude, com o movimento Hippie de contra-cultura no mundo. Aqui no Brasil, o consumo de drogas como forma de protesto entre a juventude, vai receber grande influência das idéias trazidas da Europa e das outras partes do mundo pelos exilados ao retornarem ao Brasil.

Observamos na fala de Luciano acima citada que novos conceitos, novas visões e comportamentos se estabeleciam entre os jovens. Partindo desses novos princípios, a sexualidade também aparecia diferentemente entre os militantes e era secundarizada em virtude das atividades políticas. Existiam vários tabus referentes a esta temática e a vida sexual era vivenciada de forma mais fechada e particular naquele momento. Luciano, ao lembrar de sua primeira experiência sexual, comenta:

Eu tinha uns 15 anos. Mas ao mesmo tempo em que eu dava minha primeira *trepada* eu estava entrando, ingressando no Partido Comunista Brasileiro. Que dizer, duas coisas. Foi inclusive, depois, quando eu senti que tinha frequentado um prostíbulo, tinha pago para transar com uma pessoa, eu fiquei com um certo sentimento de culpa. Interessante... e passei um certo período de abstinência sexual. Só vim a me relacionar de forma mais aberta já quando tinha 20 anos de idade.⁴⁷

As convicções políticas, de classe, de exploração incorporavam todo o ímpeto da subjetividade do militante. Seus comportamentos passavam, constantemente, por uma avaliação onde se refletia sobre o certo ou errado, de acordo com seus princípios.

A participação de militantes mulheres, neste período, ainda era muito restrita. Luciano relembra que, em um Congresso de 1968, do universo de 55 participantes,

⁴⁶ Luciano de Almeida em entrevista concedida a autora.

⁴⁷ Luciano de Almeida em entrevista concedida a autora.

apenas 5 eram mulheres. Notaremos uma maior participação feminina no Movimento Estudantil a partir dos anos 80, onde a mulher começa a participar mais intensamente das discussões políticas do país, aprofundando os debates sobre gênero, entre outras discussões no campo das relações de classe. A nova roupagem que os movimentos sociais tomam a partir do processo de redemocratização, leva os diversos segmentos a lutar pelas causas das minorias, por liberdade e cidadania, caracterizando este novo contexto de participação feminina nos anos 80. A luta, a procura dos mortos e desaparecidos políticos, que reunia esposas e mães de ex-militantes, também vai servir como suporte na politização das mulheres neste processo de redemocratização.

2.2. Os militantes estudantis da década de 80

O movimento estudantil secundarista começou a se reorganizar no Rio Grande do Norte no início dos anos 80, com o processo de construção da entidade municipal, a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES), cuja fundação se deu em 1982. Até meados dos anos 80, esta entidade passou por diversos problemas de reconhecimento e só em 1985 é que podemos notar uma maior expressão em torno da retrocitada. Neste mesmo ano, a UMES passou por um processo de racha, reunindo os diversos grupos estudantis, que acabou dividindo a entidade em duas diretorias, as quais se auto-denominavam legítimas representantes dos estudantes natalenses. Este cenário de divisão permaneceu até 1992, quando os grupos políticos conseguiram unificar a entidade numa única direção.⁴⁸

O novo cenário político do país e do Estado levou o movimento a articular suas lutas em torno de novas bandeiras, que garantissem o processo de redemocratização de

⁴⁸ Ver mais sobre a organização do ME secundarista nos anos 80 em: PATRÍCIO, Adriana C. S. *Estudantes em perspectiva*. 2002. Monografia (Graduação em História). Natal.

toda as estruturas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se lutava por *eleições diretas para presidente*, se pedia, no âmbito das escolas, *diretas para diretor*; ao se reivindicar o fim da ditadura e dos sistemas de repressão no país, confrontava-se com as direções de escolas contra programas autoritários de atuação e lutava-se pela *construção dos grêmios livres*. É nesse contexto de “redemocratização” que nos propomos a analisar o comportamento do militante estudantil dos anos 80 e 90.

Como no período dos governos militares, nos anos 80, as atividades aqui em Natal continuaram centradas na Escola Atheneu, sendo este um dos principais pólos de atuação do ME secundarista no início da década. No Atheneu, nesse período, encontravam-se várias forças políticas, algumas que se intitulavam independentes e outras com uma posição político partidária bem definida.

Nesse período, a tendência que hegemonizava o ME secundarista em Natal era o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Muitos estudantes ainda não tinham uma identidade política clara e se aglomeravam em torno desse partido. Os que em alguma escola faziam oposição de grêmios, por exemplo, se colocavam no campo independente. Não havia um outro grupo partidário que tivesse expressão no ME secundarista nesse momento. Só a partir de 1984 é que essa oposição vai ter uma maior articulação e vamos encontrar a presença de militantes que se denominam enquanto PT, PC do B e PCB. Nesse período vai ocorrer um *racha* no próprio MR-8, onde vários militantes vão procurar engajar-se em outros partidos.

Já em meados da década de 80, outras escolas estaduais do Centro da Cidade, principalmente a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), apresentam novos militantes e começam a desempenhar importante papel no cenário político estudantil.

Os militantes estudantis da década de 80 herdaram muito da cultura política das atuações dos estudantes dos anos 60 e 70. Apesar do cenário político ter se transformando com o processo de redemocratização, muitas das práticas cotidianas dos estudantis se assemelhavam com as anteriores.

A geração da década de 80 se admitia como responsável em consolidar o momento histórico no processo de redemocratização do país e muitos militantes dedicavam toda a sua vida, como os estudantes do período anterior, ao movimento. Como o militante político Walter Júnior – estudante da ETRN e presidente de uma das diretorias da UMES de 1987 a 1989 – nos fala: “Nós respirávamos o movimento”.⁴⁹ A doação era indeterminada. Os jovens militantes estudantis secundaristas tinham a disposição de fornecer a maior parte das suas vidas as atividades política. Então:

Nesse processo todo, a dificuldade maior que a gente tinha era que quase todos os militantes eram desempregados. Então, nós não tínhamos dinheiro para fazer movimento e quase todos tinham uma disposição fantástica de sair de 07:00h da manhã, 06:00h. Voltar de meia noite, voltar no outro dia.⁵⁰

Essa era uma prática cotidiana no movimento. Os diversos protagonistas que falaram sobre sua participação no ME, discorreram sobre essa falta de estrutura material que se tinha em torno das entidades. Numa das experiências, o militante estudantil Glácio Menezes – que começou sua militância no final dos anos 80 e presidiu a UMES a partir de 1992 – comenta que:

Nessa época a gente subia nos transportes - a subida era por trás, a catraca era atrás e você passava pra frente do ônibus – e a gente ficava lá atrás, quando chegava uma parada que estava próximo do nosso destino a gente descia por trás, sem pagar a passagem. Eu fui flagrado uma vez pela minha mãe. Eu tava descendo e ela tava subindo. Foi aquele carnaval.⁵¹

⁴⁹ Walter Júnior em entrevista concedida a autora. Natal, 19 nov. 2002.

⁵⁰ Walter Júnior em entrevista concedida a autora.

⁵¹ Glácio Menezes em Entrevista concedida a autora. Natal, 30 jun. 2004.

Com essa afirmação podemos começar a discutir um pouco da relação familiar que era muito complicada entre os militantes.

Os conflitos de geração, que já são fortes no seio da família, se intensificavam com as idéias e as práticas dos jovens militantes. Não ter nenhuma responsabilidade financeira em casa, sair de manhã, voltar tarde da noite e até mesmo no outro dia era normal e justificável para o militante, que doava a sua vida a seus princípios políticos revolucionários. Mas para seus pais, não. As cobranças, somadas a falta de diálogo entre as partes, acabava gerando grandes conflitos no âmbito familiar. Muitas vezes, essas relações eram discutidas no grupo, nos momentos em que se freqüentava um bar e se compartilhava os problemas pessoais. Walter relembra que:

Nossas saídas para o bar, por exemplo, era muito partilha mesmo de vida, de como estamos, como pensamos o mundo. Isso ajudava muito a gente a crescer. Só que nós éramos muito travados nas relações mais pessoais, mesmo porque nós discutíamos muito política.⁵²

Esse travamento do qual Walter Júnior se refere era muito presente na vida da militância que participava de inúmeras reuniões e atividades políticas durante o dia e tinham que deixar seus problemas de lado, num plano secundário e pessoal. Glácio Menezes – estudante da ETFRN e presidente da UMES em 1992 – que a partir de 1989 ingressou na tendência Travessia Socialista⁵³, relembra que:

O grupo que eu fiz parte era muito sectário. O pessoal... era só reunião. Reunião e curso. Então a nossa relação era muito política, não era uma relação de amizade e isso terminou que a gente rachou, o grupo também em virtude dessas coisas.⁵⁴

⁵² Walter Júnior em entrevista concedida a autora.

⁵³ A Travessia Socialista foi o nome designado a juventude estudantil do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) daqui de Natal a partir de 1988 até os primeiros rachos da corrente em 1990. Esta tendência, que neste momento atuava dentro do Partido dos Trabalhadores, teve um grande florescimento político neste período, hegemonzando o ME nos anos posteriores.

⁵⁴ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora.

A atividade política não deixava espaço para tratar da subjetividade dos seus militantes. Alguns grupos de militantes conseguiam ultrapassar a relação política e formar laços de amizade e companheirismo. Mas a grande maioria não tinha essa subjetividade respeitada. Como todo sujeito não é só político, os conflitos entre o público e o privado foram bastante observados nas falas dos protagonistas entrevistados, onde muitos deles tiveram a sua saída do movimento motivadas por conflitos, que ultrapassavam o campo político e feriam a esfera pessoal. João Maria Fraga, o qual foi militante do Partido Comunista do Brasil e presidente do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão da ETFRN em 1986, relata que:

Quando nós éramos da direção do grêmio estudantil, em função das disputas entre as duas diretorias na nossa posição de não apoiar nenhuma das duas diretorias, coincidindo com a posição nacional do movimento estudantil que era a mesma, criou-se uma tentativa, no sentido de destruir completamente o meu referencial de liderança dentro da Escola Técnica, apelando, inclusive, pra boatos, calúnias.⁵⁵

Essa prática era comum na política estudantil não só secundarista, mas também a nível universitário, como relata alguns depoentes que também se engajaram no ME da UFRN posteriormente. A cultura política que se formou no seio do movimento ignorava as relações pessoais nos diversos aspectos. Walter Júnior nos lembra de uma relação amorosa mantida com uma militante do grupo oposto onde:

Eu me apaixonei por uma garota que o nome dela era Nani, e ela era militante do MR-8, e foi muito sério, porque, por exemplo, por nós namorarmos (...) e tanto ela como eu passamos a ser tanto quanto excluídos do grupo porque éramos tidos como aqueles que estavam espionando, quer dizer, o que o outro estava pensando. Então a nível de relação era muito complicado, e não [se] conseguia distinguir isso. Ou era de um grupo, ou era de outro.⁵⁶

⁵⁵ João Maria Fraga em entrevista concedida a autora. Natal, 15 dez. 2002.

⁵⁶ Walter Junior em entrevista concedida a autora.

Além dessas interferências na vida privada, existia outro aspecto que devemos considerar no que se refere a intolerância com relação às divergências dos grupos que também ultrapassavam a esfera política. Os conflitos de idéias e práticas eram enfatizados em todos os momentos da vida desses militantes, não só no período das reuniões, pois, como nos descreve Walter Júnior:

Nós não podíamos nos encontrar nem na rua, em lugar nenhum, sempre que nós nos encontrávamos no mesmo espaço existia um desejo muito grande, assim, das duas partes de bater, de xingar. Não existia tolerância nenhuma, de nenhuma das partes.⁵⁷

Esse problema se tornava mais sério quando as divergências conseguiam ultrapassar os laços de parentescos. Muitos militantes tiveram infâncias comuns com alguns companheiros e na participação do movimento, com a separação de alguns em grupos distintos, esses laços de vizinhança e amizade eram quebrados e, às vezes, se constituíam relações de grande conflito como esta acima relatada. João Maria Fraga também nos lembra de um fato importante, ao destacar a briga dos irmãos Damasceno, onde Cláudio Damasceno – primeiro presidente da UMES em 1982 – foi agredido com a participação do seu irmão Claudionor Damasceno – segundo presidente da UMES – em um Congresso, por ter apresentado divergências ao grupo que fazia parte (MR-8), rachado posteriormente. Como vemos, a cultura política ao qual se baseavam influía em todas as relações. Na entrevista que fizemos com Cláudio Damasceno, notamos uma certa mágoa e decepção com o movimento político, muito embora o ator tenha boas lembranças e considerado importante a sua participação no ME. Mas na frase “a política, muitas vezes, coloca muito mais as convenções políticas acima dos valores

⁵⁷ Walter Junior em entrevista concedida a autora.

humanos”⁵⁸ notamos uma certa mágoa podendo ter sido ocasionada, principalmente, por esses conflitos.

A prática política militante se colocava intransigente e autoritária sobre diversos aspectos. Pudemos observar que, embora o grupo político do qual fazia parte, às vezes, desse um suporte na vida de alguns militantes, a saída do militante desse grupo, motivada por divergências, resultava muitas vezes em perseguição. O militante tinha inúmeras qualidades éticas e políticas quando estava no grupo, as falhas eram avaliadas e abafadas quando possível. Ao rachar com o grupo, essas falhas se apresentavam junto a mais inúmeros defeitos que antes não se demonstrava. Essa prática era comum no movimento estudantil e levou muitos militantes, que tinham essa dedicação integral ao movimento e ao grupo político do qual faziam parte, a se decepcionarem profundamente com esta forma de se fazer política e estas decepções foram responsáveis pelo afastamento de vários militantes do seio do movimento.

2.3 Lidando com as formas de perseguição e repressão

Muito embora o período dos Governos Militares estivesse superado com o processo de Redemocratização do país, a cultura autoritária ainda estava incorporada nas diversas esferas de poder da sociedade.

O jovem militante que ousava quebrar as barreiras dos limites, das imposições, do conservadorismo encontrava, no seu meio de atuação, diversas formas de repressão. A maioria das experiências de movimentos nas escolas iniciou a partir do confronto dos alunos com as direções. Esses confrontos eram ocasionados por imposições que os diretores apresentavam e que um grupo de alunos não concordava. Devido a



⁵⁸ Cláudio Damasceno em entrevista concedida a autora. Natal, 02 dez. 2002.

divergências constantes entre lideranças estudantis e direções de escola, Rogério Marques relembra que “A gente teve que enfrentar muita questão difícil mesmo, por exemplo, expulsões de alunos que participavam do movimento estudantil, que despontavam como lideranças dentro das escolas”.⁵⁹ Citamos também a experiência do militante da Escola Estadual Francisco Ivo, João Maria de França, que após ter sido expulso da escola e impedido de se matricular no colégio Atheneu Norte-rio-grandense, fez greve de fome em 1987. Este ato teve repercussão na Cidade e levou o estudante a conseguir a vitória no processo. Então, os conflitos, seguidos de formas autoritárias de repressão e perseguição, acabavam inflamando a classe estudantil, acarretando num aumento de estudantes indignados e propícios ao engajamento na militância política.

Outro tipo de perseguição freqüente na militância estudantil era a vigilância patrocinada pelos órgãos de segurança, principalmente durante as manifestações públicas. Walter Júnior nos fala que:

Ao fim do movimento quando os estudantes saiam da [passeata] a grande massa de estudantes se retirava, aí a polícia militar chegava junto. E a gente estava junto avaliando, então eles corriam atrás de nós e prendeu um – foi Miguel – e levou pro mato, bateu muito nele. Tinha um problema seriíssimo e a polícia ficava observando as pessoas que dirigiam as passeatas, inclusive ameaçavam depois na vida comum dos militantes.⁶⁰

Esta experiência foi relatada por diversos atores, os quais em momentos distintos, lembram dessa vigilância. Glácio Menezes relembra de experiências desse tipo no início dos anos de 1990 e diz que “Toda vez que a gente fazia passeatas havia um acompanhamento por parte da polícia (...) o pessoal filmava as passeatas e a gente

⁵⁹ Rogério Marques em entrevista concedida a autora. Natal, 02 dez. 2002.

⁶⁰ Walter Junior em entrevista concedida a autora.

identificava que existiam pessoas no meio da passeata, de traje civil, mas que eram militares”.⁶¹

Essas características faziam com que o militante visualizasse e trouxesse um pouco das experiências da década de 1960 para o seu imaginário, supondo-se fotografado, perseguido e fichado pelos órgãos de repressão do Estado daquele momento.

2.4 Partido e Movimento Estudantil

A partir de 1985, a UMES começou a fazer reuniões ordinárias todos os sábados, na Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), localizada na Av. Rio Branco, no Centro da cidade⁶². Essas reuniões, com toda a militância estudantil, permaneceram até 1994. Em entrevista, Valério Fonseca – estudante da ETRN, militante do PCBR e vice-presidente da APES em 1988 – relembra que:

Todos os sábados, à tarde, fazíamos reuniões. Começávamos as 15:00h e saíamos lá da sede do SINTE as 18:00, 19:00h com discussões bastante acaloradas, com bastante participação de estudantes novos. Era muito interessante, muito gostoso fazer movimento estudantil naquela época.⁶³

Essa era uma prática cotidiana que reunia a militância dos diversos grupos para discutir e encaminhar as questões do movimento estudantil, porém outras reuniões também compunham o cotidiano do militante. Glácio Menezes relembra que:

A gente participava muito de reuniões. Quando não era reunião de formação do próprio grupo, era reunião da União Metropolitana. Então a gente se reunia quase que diariamente para poder organizar, inclusive, a disputa no interior do

⁶¹ Glácio Menezes em entrevista concedida à autora.

⁶² Hoje a APRN chama-se SINTE/RN – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte.

⁶³ Sebastião Valério da Fonseca em entrevista concedida a autora. Natal, 10 dez. 2002.

movimento. Então, toda reunião que a gente ia, a gente [Travessia Socialista] tinha uma reunião anterior pra já chegar afinado na reunião que ia deliberar as ações do movimento estudantil.⁶⁴

O militante tinha duas esferas de atuação. Ele era, primeiramente, militante do grupo político do qual fazia parte e, depois, militante do movimento estudantil. Essa ordem significava suas prioridades. As discussões que eram travadas nos grupos seriam encaminhadas no movimento secundarista.

Os partidos políticos tinham uma cultura de viabilizar os seus discursos a partir dos movimentos sociais e os militantes seriam os porta-vozes dessas idéias através do seu campo de atuação. Baseados nas idéias leninistas a cerca do centralismo democrático, argumentava-se a partir das discussões e encaminhavam-se as decisões da maioria. O grupo deveria encaminhar aquela posição mesmo que alguns militantes discordassem da mesma. Sobre esse assunto, João Maria Fraga fala-nos que, quando terminou o segundo grau, pretendendo fazer vestibular, submeteu-se a uma decisão do PC do B que deliberou sobre sua opção:

Na época, as decisões nossas eram tomadas não só pela nossa vontade, mas por uma decisão partidária. Éramos verdadeiros soldados de uma causa revolucionária. Então, nesse sentido, o partido tomou a decisão de que eu deveria fazer 2º grau de novo e aí eu fiz exame da Escola Técnica, obediente demais ao partido. Fiz exame da escola Técnica no curso de edificações, era um aluno extremamente ausente da sala de aula. Essa que era a realidade, porque era muito mais um militante profissional chegava de 07:00h, saía de 11:00h [23:00h]. Mas construindo o movimento, achando que a revolução estava às vésperas.⁶⁵

Os militantes que eram orgânicos em grupos políticos, dispunham as suas vidas a decisão do grupo. Esta experiência citada por João Maria Fraga era muito frequente no contexto do movimento. Em nome dos ideais revolucionários, que ainda

⁶⁴ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora.

⁶⁵ João Maria Fraga em entrevista concedida a autora.

era o sonho de toda aquela geração de jovens militantes, abria-se mão das suas escolhas em prol do coletivo.

Nas esferas de organização do movimento, como reuniões ampliadas, assembléias gerais e congressos, os militantes procuravam cooptar novas lideranças para conhecer e assumir as bandeiras de seu grupo político. Então fazer militância era encaminhar às atividades práticas do movimento secundário, tais como reuniões, passeatas e congressos e, ao mesmo tempo, articular as idéias discutidas no seu grupo político, bem como cooptar novas lideranças que despontavam nestes movimentos para somar as suas posições. Então, o movimento da entidade estudantil e do partido se misturavam na ação do militante. Para os estudantes de base, as divisões políticas, bem como a atuação do partido não era tão evidentes, excetuando os momentos de conflito direto entre grupos. Compreendiam essas articulações, os estudantes que já participavam do movimento e conheciam um pouco da prática política dos militantes estudantis.

Os militantes também levantavam bandeiras do partido e organizavam o seu movimento aproveitando a estrutura que o movimento estudantil propiciava. Por exemplo, podemos citar a experiência do militante estudantil Henrique José Fernandes, o qual se afirmava claramente como militante da Caminhando Secundarista – tendência interna do PT – e que teve importante destaque no movimento secundarista participando das entidades locais bem como de duas direções consecutivas da UBES (1987/1988).

Para o congresso de Reconstrução da APES, em 1988, fez-se necessário uma grande articulação a nível de Estado. Henrique relembra que “depois do Congresso de reconstrução da APES (...) a gente tava fazendo todo um trabalho de articulação de comitês de juventude”. Esses comitês foram articulados em todo o Estado para a

campanha do então candidato a presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 1989.

Portanto, fazer política estudantil e partidária era o cotidiano dos militantes secundaristas dos anos 80 e 90. Destacamos, também, aqui que tiveram militantes que não estavam num primeiro momento articulados a um grupo partidário e se intitulavam como “independentes”, como é o caso dos militantes estudantis Rogério Marques – presidente de uma das diretorias da UMES de 1985 a 1987 – e Walter Júnior. Muito embora articulassem e encaminhassem o ME junto com os militantes do PT e PCB entre outros.

2.5 A articulação do discurso

A fala é o instrumento de comunicação mais eficaz para se expressar idéias. O ato de discursar é a marca registrada nos movimentos políticos, os quais envolvem coletividade, pois é a partir dele que o sujeito e o grupo no qual ele se insere podem expressar suas idéias e convicções. Para Fraga:

O fato de representar alguém, ou seja, de sua fala expressar a fala de um coletivo, de elaborando e criticando normas para fazer valer o interesse de um coletivo (seja de um pequeno grupo, com uma entidade estudantil ou partido político), sendo o interlocutor, que necessita desenvolver o poder de argumentação, o articulador, que requer inserir-se em diferentes grupos sociais, o mediador, que demanda status e reconhecimento de sua ação; tudo isso são qualidades e atributos de um ator social que vivenciou ou vivencia instituições de representação política...⁶⁶

Como o cotidiano estudantil era baseado em reuniões, assembléias, congressos e passeatas, o ato de discursar tornava-se extremamente necessário para a viabilização

⁶⁶ FRAGA, Maria da Conceição. *Memória articulada e memória publicizada: a experiência de parlamentares brasileiros*. Fortaleza, 2000 (Tese). p.275.

dessas atividades políticas. Walter Júnior lembra que nas reuniões da Umes “Você tinha seis, sete horas de reunião seguida, onde em cada pauta, todos os militantes tinham que falar, mesmo que todos os militantes repetissem a mesma história.”⁶⁷ Observamos nesta afirmação que o fato de discursar e falar era importante no ritual da reunião, servia para demarcar espaço, expor os militantes e as idéias do grupo. Quando chamamos de ritual as atividades do movimento estudantil como reuniões, assembléias e congressos, concordamos com as contribuições de Fraga que analisa a assembléia como um ritual político afirmando que “o ritual não é algo espontâneo, mas sim minimamente planejado, razão pela qual é um momento extraordinário construído pelos membros de uma comunidade e voltado para a mesma”⁶⁸. Observamos, segundo as descrições dos protagonistas, que as reuniões estudantis eram minimamente articuladas pelos grupos de militantes. O discurso era articulado e apresentado como instrumento de convencimento, onde se destacava a idéia do grupo, dado a isso, sempre pronunciado na primeira pessoa do plural (nós) para evidenciar idéias coletivas.

Para poder formular esses discursos, fazia-se mister se preparar politicamente e a leitura junto com os cursos de formação, compunham parte importante do cotidiano estudantil. porém nem todos os militantes se interessavam pela prática da leitura. Também observamos que os estudos políticos ficavam restritos a uma parte da militância, principalmente aquela engajada em organizações de esquerda, a qual cumpriam uma formação, uma disciplina. Glácio Menezes, lembrando o processo de formação dos militantes da Travessia Socialista, diz que “A gente tinha uma biblioteca, com aproximadamente 200 livros diferentes que as pessoas liam e a gente não só

⁶⁷ Walter Júnior em entrevista concedida a autora.

⁶⁸ FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. In: BARREIRA, et al (Org.). *Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza: EUFC, 1998. p. 237.

passava os livros para as pessoas, dava o livro para elas, mas, ao término da leitura desses livros, a gente debatia o livro”.⁶⁹

Existiam militantes que não se encontravam num partido, mas, por ter essa prática de organização, acabavam formando um grupo político no interior do ME. Boa parte dos estudantes, que também participavam da militância das entidades, se interessavam em discutir as tarefas práticas. Walter Júnior relembra que:

Nessa militância da UMES, o que mais se queria, era discutir as coisas práticas. Então quando se propunha estudos, eram poucos os que tinham inclinação para reflexão. A maioria queria saber o que a gente ia fazer porque achava que a gente tinha que ter mais prática (...) Quando a gente ia pra casa de praia, então, a gente confundia tudo: ao invés de tá fazendo o movimento, então o pessoal ia muito mais pra namorar, pra transar; aí rolava muita coisa.⁷⁰

O comportamento da juventude, que se entrelaçavam a prática política, compunha todo o cotidiano da militância estudantil secundarista. Logo, o militante tinha um comportamento diferenciado dos demais jovens da sociedade, entretanto as características da cultura juvenil se encaixavam também na sua vida influenciando diretamente na sua conduta.

⁶⁹ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora.

⁷⁰ Walter Júnior em entrevista concedida a autora.

3 – DESAFIOS SOBRE A MILITÂNCIA POLÍTICA ESTUDANTIL

3.1 O Movimento Estudantil como espaço de sociabilidade

O movimento estudantil secundarista, normalmente, é formado por jovens de faixa etária entre 15 à 20 anos de idade, estudantes do nível secundário (Ensino Fundamental e Médio) das esferas pública e privada.⁷¹

Esses jovens, em idade escolar, estão submetidos a uma cultura que exige dos indivíduos postos em sociedade o mínimo de instrução escolar para a condição de empregabilidade futura. Sendo assim, os estudantes secundários vão as escolas para adquirirem conhecimento científico que os prepare para o nível universitário de ensino ou que os especializem diretamente para um determinado ramo de trabalho.

Na escola, planejada e dividida em séries, os estudantes ficam dispostos em turmas de alunos, recebendo aulas de várias disciplinas, cada uma delas ministrada por um professor especializado. Esta disposição na qual a turma se insere, favorece ao agrupamento de estudantes, os quais acabam se reunindo em grupos, dentro da escola, de acordo com suas afinidades pessoais. Os estudantes que se destacam na sala de aula, apresentando atributos de liderança, estes, logo são chamados ou escolhidos como líderes de turma (primeira instância de representação estudantil) e, posteriormente, podem fazer parte do grêmio da escola (instância de representação máxima dos estudantes do colégio). Fazem parte das atividades do grêmio estudantil: a organização e representação dos estudantes nas atividades políticas, cívicas, desportivas e festivas da

⁷¹ A rigor a faixa etária dos estudantes compreendida na LDB é de 7 a 14 anos para o ensino fundamental e 15 a 17 anos para o Ensino Médio. No entanto, nossa realidade abarca um imenso número de estudantes fora de faixa, além daqueles que fazem mais de um Nível Médio.

escola; bem como, fazer a interlocução com a direção da mesma nos problemas do dia-a-dia.

Quando analisamos os motivos que levaram os estudantes secundaristas a participação da vida política escolar, observamos, no depoimento dos militantes da década de 80, que a maioria teve suas inserções no ME partindo de confrontos com as direções, as quais se mostravam autoritárias em relação a alguns encaminhamentos ordinários do funcionamento escolar. Então, neste caso, os estudantes que discordavam de algumas práticas da direção, acabavam se unindo em torno da crítica e mobilização contra essas atitudes consideradas autoritárias. Esta motivação acabou por levar a formação de um primeiro núcleo do movimento estudantil de âmbito escolar.

Sobre esse agrupamento de jovens que já começaram a fazer política no espaço escolar, vamos perceber nas contribuições de Fontenelle, quando este analisa a constituição do sujeito político em Thompson que:

Quando ocorre uma ação coletiva que faz frente às ameaças que se colocam a determinadas pessoas, elas “se sentem mais próximas uma das outras e procuram imagens que as mantenham unidas. Ações coletivas alimentando uma auto-imagem coletiva...”⁷²

Destacamos, assim, que o agrupamento dos jovens estudantes é ocasionado primeiramente a partir da pactuação de idéias, onde, posteriormente, se pode transformar num grupo convergente nas práticas políticas coletivas.

Confrontar-se com as direções de escolas pode ser um dos primeiros caminhos a levar alguns jovens a participação e ao engajamento no movimento estudantil. Porém, as discordâncias podem ser motivadas, também, por outros grupos estudantis, ou seja,

⁷² FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E.P. Thompson. In *SOCIBILIDADES*. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

estudantes cujas discordâncias da prática do grêmio podem se reunir para montarem uma oposição e se inserirem, assim, no movimento.

A inserção do jovem no movimento estudantil pode ser ocasionada por diversos fatores: por discordâncias – como já vimos; por influência de um colega já militante; por se identificar culturalmente com algum grupo a frente do movimento; por organizações em torno de atividades festivas e competitivas, entre outros motivos. Nos dias de hoje, considerando a realidade do movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte, esses motivos podem assumir uma dimensão bem maior, tendo em vista a confecção das identidades estudantis, as quais acabam atraindo muitos estudantes para o movimento com objetivos financeiros.

Nos anos 80, o engajamento do estudante no ME vai levá-lo a um grupo que tem idéias e práticas comuns, e seu comportamento, provavelmente, será influenciado e modificado por este grupo no qual se inseriu. No estudo da *Sociabilidade na teoria de Tonnies*, Miranda analisa que “A identidade é um processo pelo qual o homem se integra e se separa de uma coletividade de referencia simultaneamente”.⁷³ Sendo assim, o jovem militante, para entrar e continuar no movimento estudantil, precisa se identificar com algum grupo. De acordo com esta idéia, Miranda nos diz também que:

(...) Nas relações sociais próximas definidas como o processo de sociabilidade, a pessoa deve buscar suas referências identitárias. Para saber se o faz, e se efetivamente ali se identifica, é preciso, portanto, analisar-se os valores vigentes no direcionamento dos atores e sancionados pelo grupo.⁷⁴

Essa identidade com o grupo levará o jovem estudante ao engajamento nos grupos que constroem o movimento estudantil, transformando-o num militante a

⁷³ MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. In SOCIBILIDADES. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

⁷⁴ Ibid.

absorver a cultura política militante. Com esta inserção, este militante passará de indivíduo a ser político coletivo e sua atuação estará diretamente ligada ao grupo a que pertence. Sua fala, suas idéias e seu comportamento estarão relacionados com a coletividade.

Sobre a coletividade, recorreremos, ainda, as contribuições de Halbwachs acerca da memória coletiva, quando nos diz:

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o seu.⁷⁵

Esta afirmação nos ajuda a compreender a fala do depoente que esteve inserido no grupo e que, ao nos relatar sobre sua participação, fala na primeira pessoa do plural (nós), dando a idéia da existência de um grupo que, mesmo disperso ou extinto, sobrevive na memória. O grupo e o seu local social desempenham fator determinante na construção dessa memória coletiva.

O grupo onde o militante secundarista atua é formado por jovens, os quais tem características próprias da sua faixa etária, marcando seu comportamento e sua personalidade. Vamos analisar agora um pouco dessas características.

3.2 As mudanças culturais: sexo, drogas e *Rock and Roll*

Para analisar a militância estudantil dos anos de 1960, temos que considerar os aspectos que a juventude apresentava neste período. Os anos 60 foram marcantes no contexto das transformações culturais em todo o mundo. A modernização da sociedade



⁷⁵ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p.28.

apressou a mudança dos padrões de conduta privada, colocando em destaque a liberação sexual e o consumo de drogas, temas estes, até então, considerados como tabus. Estes destaques estão intrinsecamente ligados as formas que os jovens encontraram para imprimir suas contestações e o movimento estudantil, como o principal espaço de discussão da juventude, desempenha papel fundamental nestas transformações.

O militante estudantil, como um jovem comprometido com as questões política e sociais do país, avaliava que a revolução tinha que ser completa no campo social e cultural da sociedade. Muito embora carregasse em si toda uma gama cultural de comportamentos obtidos na infância e adolescência, heranças de uma formação conservadora, ditada – principalmente – pela Igreja e pela família, o militante encontrou na sua fase adolescente muitas dúvidas com relação a sua postura no âmbito cultural. Diferente dos outros jovens, cujas práticas baseavam-se na formação machista e conservadora, os militantes estudantis defendiam princípios que possuíam toda uma relação com a negação do sistema capitalista e as noções de propriedade, para a sua prática cotidiana. Postulamos estes aspectos culturais que faziam parte da juventude dos anos 60 e 70 para podermos entender melhor o comportamento juvenil, mas observamos que o militante, muito embora esteja inserido neste contexto, tinha a sua vida muito mais dedicada aos problemas sociais e as suas atividades políticas, ficando um pouco travados esses outros comportamentos de caráter mais privado.

Os jovens da década de 80 conseguiram encontrar esta revolução cultural já encaminhada e podemos observar as relações sexuais e o consumo de drogas muito mais intensos neste momento. As pílulas anticoncepcionais, que apareceram bem antes, mas neste momento já haviam se democratizado, deixavam a mulher mais livre no que concerne a sua atuação sexual, não temendo mais o risco da gravidez indesejada. No entanto, estas novas práticas culturais encontraram pela frente barreiras inéditas, as

quais levariam os jovens a refletir e cautelarem os seus comportamentos. A AIDS, como uma doença sem cura, entra no cenário dos anos 80 e passa a interferir nessa liberação sexual proposta desde a década de 1960, levando toda a sociedade ao medo e precaução no que se refere aos relacionamentos sexuais. No campo da juventude, principalmente secundarista, onde as responsabilidades ainda não estão bem definidas, a doença cai como um estopim, pois com uma liberação sexual acentuada e o consumo de drogas mais diversificado, intenso e dependente, o resultado foi uma grande quantidade de jovens infectados.

Os militantes estudantis que faziam uso das drogas, principalmente na década de 80, discutiam esse uso e defendiam a liberação usando o slogan do *É proibido proibir*⁷⁶ argumentando também que a proibição da maconha, por exemplo, devia-se à política das grandes multinacionais do tabaco de garantir sua produção exclusiva na sociedade, tendo em vista que esta outra droga poderia ser produzida artesanalmente.

Os militantes também promoveram inúmeras discussões sobre os padrões culturais dentro do contexto do movimento e dos grupos políticos do qual faziam parte. Temas como virgindade, casamento, Igreja e família, começavam a serem vistos de maneira diferente dos padrões conservadores até então estabelecidos. Glácio Menezes relembra em entrevista que:

A gente tinha aquela visão muito de quebrar com a cultura do machismo, aquela questão da virgindade. Então a gente também fazia debates sobre essas questões (...) passava fitas que a gente pegava na TV Memória Popular e resgatava um pouco esse debate sobre a questão da virgindade, né? De que a virgindade não era uma coisa muito importante. Alguns, acho que até se aproveitavam dessas coisas, mas outros não. Acho que o pessoal que estava de linha de frente tinha realmente o compromisso em travar um debate sério, de, inclusive, discutir a própria questão do machismo do homem ter que dividir as tarefas de casa. A gente já debatia sobre essas coisas, da importância de dividir a tarefa de casa pra

⁷⁶ Este slogan foi criado em 1968 – sendo tema de uma das músicas de Caetano Veloso – em meio aos governos militares, mais teve também uma grande repercussão ainda nos anos 80.

que a mulher também tivesse um espaço de atuação na vida política, no movimento estudantil.⁷⁷

A partir das discussões, não se compreendia mais a virgindade como um pré-requisito ao casamento, considerando este um valor pequeno-burguês⁷⁸ e também não se via mais o casamento civil e religioso necessário à união de duas pessoas. A Igreja passava também por inúmeras críticas, resultado da avaliação do processo histórico da Instituição, que, para os militantes, sempre esteve ao lado dos governantes, participando ativamente dos processos de dominação e alienação do povo. A música *Igreja*, dos Titãs, produzida nos anos 80, a qual fazia uma crítica veemente à Instituição Católica, teve boa recepção no seio dos jovens contestadores da ordem e no movimento estudantil secundarista.

Nos anos 80, a mulher participava mais ativamente das discussões políticas e os militantes tentavam motivar essa intensificação; muito embora observassem que era difícil ver uma mulher que se propusesse a estar na linha de frente do movimento estudantil. Lázaro Amaro relembra que, nas diretorias da UMES dirigida pelo MR-8, procurava-se sempre colocar uma mulher no cargo de vice-presidência, para que os cargos de liderança não fossem ocupados só por figuras masculinas, tentando democratizar o espaço também através de uma participação feminina mais acentuada.⁷⁹

O *Rock and Roll* também era uma das marcas características dos jovens dos anos 80. As bandas de Rock Nacional, como os Titãs, Legião Urbana, Capital Inicial, Plebe Rude, com suas músicas críticas que questionavam, de forma rebelde, os problemas sociais, marcaram boa parte do comportamento juvenil e militante. Em entrevista, Glácio Menezes relembra que as passeatas estudantis tinham como pano de fundo uma

⁷⁷ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora.

⁷⁸ Chamava-se assim algumas práticas tidas como reacionárias e conservadoras que eram baseadas no sistema capitalista.

⁷⁹ Lázaro Amaro em entrevista concedida a autora. Natal, 29 nov. 2002.

seleção de músicas críticas, principalmente do estilo Rock, que mostravam a cara da juventude e se identificavam muito com o movimento, entendendo a passeata como espaço também de formação. Na passeata organizada pelos estudantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1988, em protesto a pancadaria e a prisão de alguns militantes em manifestações anteriores que rebelaram-se contra a falta de professores, bem como contra os decretos 95.682 e 95.683, os quais reduziavam as verbas dos estabelecimentos de ensino da rede federal, podemos encontrar faixas e gritos de ordem, baseados na música “Polícia”, também dos Titãs, dizendo “*Polícia para quem precisa, polícia para quem precisa de polícia*”. (foto ao lado).



Muito embora o Rock tenha assumido esse papel crítico, a militância tinha como uma das suas preferências musicais, também a Música Popular Brasileira (MPB), principalmente aquelas contestatórias dos Governos Militares, as quais eram cantadas e interpretadas por personagens que sofreram com a repressão e o exílio.

A militância se diferenciava porque, de acordo com seu ponto de vista ideológico, pretendia se distanciar da mídia e do consumismo em todos os seus aspectos, seja através da rejeição de músicas propagadas pelos meios de comunicação, como pelas novelas, entre outros programas. Glácio Menezes comenta sobre esse processo e diz que:

A gente gostava mais de MPB, o pessoal era mais essa coisa do forró (...) existia um choque muito grande, a gente dizia que isso era a anticultura, a lambada enfim, tudo que a mídia colocava a gente tentava quebrar essas coisas. A gente fazia atividades nossas dentro da escola, atividades culturais, e tentava impor de goela abaixo né? Discordava do que a grande maioria fazia, a grande mídia nacional, mas fazia também do mesmo jeito. Quando a gente tinha oportunidade o som que passava era o som que a gente queria e quem quisesse que curtisse, tinha que gostar do que a gente gostava (...) Era MPB, era Zé Ramalho, era Raul Seixas.⁸⁰

Havia toda uma crítica a cultura de massa imposta pelos meios de comunicação, que serviam ao sistema e contribuía para a manutenção do capitalismo. O militante queria negar essa cultura dominante e, nos eventos patrocinados pelo movimento estudantil, usava a música como um dos instrumentos, muito embora, às vezes, a participação maciça dos estudantes não se confirmasse por falta de identificação e de afinidade com as propostas culturais do ME.

3.3 A cultura política: uma herança?

Embora os anos 60 se diferenciem dos anos 80, no que se refere ao cenário político do país, observamos que o movimento estudantil do período de redemocratização procurou atuar tentando resgatar experiências e práticas passadas de sua história de luta e resistência.

O contexto dos Governos Militares levou muitos militantes a programar comportamentos que garantissem a sua segurança e do seu grupo, devido a perseguição e repressão patrocinadas pelo poder a todos aqueles que contrariassem a ordem.

A imagem desse militante que lutou contra a ditadura, doando sua vida até a morte pela causa revolucionária, foi construída para as gerações posteriores e

⁸⁰ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora.

incorporada por muitos militantes nos anos 80 e até 90. Percebemos claramente estas idéias na afirmação de Glácio Menezes que diz:

O pessoal, por exemplo, de Valério [Travessia Socialista], a gente teve uma identificação maior, porque quando a gente começou a ler algumas coisas sobre movimento estudantil, era aquela coisa muito romântica da luta contra o militarismo, e o pessoal tinha uma prática mais ou menos dessa natureza. Só pra ter uma idéia, os primeiros jornais que a gente recebeu da UMES, os caras chamaram a gente para uma praia – pra Ponta Negra – e entregaram o jornal assim, como se fosse uma coisa clandestina que ninguém podia ver. Um negócio bem secreto. A partir daí, a gente começou a se identificar com esse grupo mais do que com o outro [Caminhando Secundarista], que fazia as coisas mais abertas e passou a assimilar que, realmente, tinha que ser uma coisa meio fechada, não podia ser aberta até pelo medo de alguma represália”.⁸¹

Essa atitude demonstra a realidade romantizada criada pelos militantes apaixonados, os quais montavam todo um cenário para enquadrar suas fantasias. Os militantes dos anos 80 viviam ainda uma transição: o pensamento e o comportamento ainda estavam muito articulados com os anos anteriores. Fraga contribui nesta discussão, quando avalia a atuação dos militantes que se incorporaram no processo de luta armada contra os governos militares, dizendo:

É bem verdade que a determinação dessa geração de jovens, aliada às condições em que foram obrigados a viver tornaram-nos numa espécie de heróis para uma geração de jovens militantes, especialmente para aqueles que se formaram numa outra temporalidade e que somente aprenderam o que seria clandestinidade lendo livros autobiográficos, de poesias, ouvindo músicas ou depoimentos, assistindo a filmes.⁸²

Os militantes dessa nova geração continuavam pensando na Revolução e dedicando as suas vidas a estes ideais, recebendo a herança e os resquícios de uma cultura trabalhada durante os Governos Militares, onde a crítica e autocrítica, a

⁸¹ Glácio Menezes em entrevista concedida a autora. Os dois grupos citados pela autora na falação do depoente referem-se a duas correntes internas do Partido dos Trabalhadores, que tinham uma forte influência, em 1988, no ME secundarista e que disputavam, naquele momento, as lideranças da Escola Estadual Walfredo Gurgel, onde o entrevistado estudava naquele primeiro período.

⁸² FRAGA. M. Conceição. *Memória articulada e memória publicizada*. p. 270.

pontualidade e o compromisso, eram detalhes de extrema importância para o grupo no qual atuavam. Muitos grupos que sobreviveram àquele momento e continuaram organizados durante os anos 80, mesmo que clandestinamente dentro de outros partidos legalizados pós 1985, atuavam ainda pensando na Revolução Socialista, dando uma formação quase militar para os seus militantes. No entanto, o processo de institucionalização dos movimentos sociais interferiu e influenciou, durante os anos 80, todo o comportamento destes grupos, que se organizavam também pela luta dos espaços parlamentares do poder público, não só mais pela revolução. Sobre essa discussão, lembramos uma fala do militante Walter Júnior que diz o seguinte: “No fundo nós pensávamos na Revolução. Hoje todos nós olhamos assim ‘dedicamos as nossas vidas e não fizemos a Revolução’”.⁸³ Então, muito embora envolvidos em lutas específicas do próprio movimento, os sonhos, com relação a transformação da sociedade, ainda eram preservados.

A cultura política dos militantes dos anos 60, que resistiram aos governos militares, foi absorvida não só pelo militante secundarista, mas por todos os militantes que atuavam em grupos considerados de esquerda, os quais tinham uma vida e uma atuação política ordenada pelos citados.

A particularidade do militante secundarista era de que, por serem jovens - a maioria menor de idade – estes sempre estiveram à frente das manifestações públicas, se expondo mais, ousando quebrar as barreiras do que estava pré-estabelecido. Os partidos políticos observavam essas potencialidades do Movimento Estudantil Secundarista, que conseguia colocar nas ruas milhares de estudantes e investia na cooptação de lideranças para propagar suas idéias.

Como os partidos de esquerda via nos movimentos sociais o espaço para viabilizar seus discursos, os movimentos estudantil e sindical, entre outros, recebiam

⁸³ Walter Júnior em entrevista concedida a autora.

toda essa cultura política de esquerda, composta de rituais como assembléias e reuniões, que aconteciam periodicamente e serviam para legitimar tanto as posições do grupo, quanto as da classe. Discutir, argumentar e discursar são características da prática política militante de esquerda. E essas características eram adquiridas através da atuação e da formação política.

Como “os militantes formam os movimentos e os movimentos formam os militantes”⁸⁴, a participação e o processo de aprendizagem que essa experiência acarretou na vida dos protagonistas desta história foi muito valiosa. Na recordação sobre a participação no movimento estudantil, os militantes apresentaram sempre um aspecto saudosista, avaliando que o ME de hoje não é mais como o de antigamente, pois os militantes não têm mais o compromisso e nem a atuação que se tinha no passado.

Essa característica foi possível de se detectar em quase todos os membros do ME em diferentes momentos. Os atores do início dos anos 80 tinham essa visão sobre o movimento durante seu período de participação, considerando que, após o seu afastamento, o movimento ficou mais fraco. Os militantes de meados desta mesma década também avaliam que o seu período de atuação foi mais efervescente. E os do fim da década de 80 já tinham uma outra avaliação. Então, percebemos nessas avaliações que na militância, no momento de atuação, a intensidade desse movimento é marcante, e o sujeito não consegue ter realmente uma avaliação na dimensão geral, sendo influenciado pela paixão que tinha e pelos resquícios dela.

Além desse aspecto, os atores também avaliaram o legado da cultura política militante para às suas vidas, destacando a formação adquirida no ME, como responsável por muitas de suas vitórias. João Maria Fraga – hoje professor de História - diz que pontualidade, responsabilidade social, discurso articulado, compromisso com a educação, espírito crítico, foram características adquiridas a partir da experiência no

Movimento. “Todo esse comportamento eu adquiri, confesso que com a minha experiência de militância estudantil”.⁸⁵



⁸⁴ FRAGA, M. Conceição. Memória articulada e memória publicizada. p. 291.

⁸⁵ João Maria Fraga em entrevista concedida à autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os Governos Militares o Movimento Estudantil (ME) desempenhou importante papel na sociedade. Foi um dos principais movimentos de resistência nesse período e continuou participando ativamente das reivindicações e vida política do país nas décadas seguintes (1980 e 1990). Esse movimento sempre aglutinou jovens que se dispuseram a fazer militância, apaixonadamente, vivendo intensamente uma coletividade, como pudemos observar no depoimento das lideranças estudantis.

No contexto dos anos 60, para sobreviver à repressão, os militantes estudantis engançados nos movimentos de resistência armada, tiveram que mudar suas rotinas de vidas para poderem garantir a sua segurança e a de seu grupo. Nos anos 80, o Brasil passa pelo processo de Redemocratização, mas ainda sobrevive, nas idéias dos militantes, a desconfiança e o medo de represálias.

Essas características, como vimos, fazem parte de uma cultura política militante que foi herdada pelas gerações posteriores aos anos 60, que muito embora, não tenham vivido as mesmas experiências, conservaram muitos dos sonhos de outrora.

As transformações sociais e culturais do século XX influenciaram diretamente na vida desse jovem militante, caracterizando também o seu comportamento. No entanto, esses foram assimiladas de forma crítica, absorvendo o que realmente considerava adequado a conduta de um jovem comprometido com as questões sociais.

Os jovens sentem a necessidade da ação coletiva e normalmente se engajam em grupos na sociedade como, por exemplo: grupos de jovens de Igreja, tribos *hippies*, *dark's*, e entre esses grupos há os grupos políticos e o movimento estudantil. O movimento estudantil secundarista, por ocorrer geralmente na juventude, passa a ser a primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais.

A militância estudantil tem um papel educativo na formação do ser político em sociedade. Como espaço de atuação que possibilita a discussão, o ME contribui para conscientizar o indivíduo que quando adulto poderá assumir papéis de destaque no âmbito social.

Tentando compreender essa cultura política na sua formação, conseguimos identificar o discurso ideológico e as práticas culturais dos grupos estudantis e da juventude no seu tempo. Ao se alcançar isto, abrangíamos nosso conceito de História procurando observar o homem passado nos seus diversos aspectos, cientes de que a História está e estará sempre em construção.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Entrevistas:

1. ALMEIDA, Luciano de. *Entrevista concedida a autora*. Natal, 28 de junho de 2004.
2. AMARO, Lázaro. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 29 de novembro de 2002.
3. DAMASCENO, Cláudio. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 02 de dezembro de 2002.
4. FERNANDES, Henrique José. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 20 de novembro de 2002.
5. FONSECA, Sebastião Valério da. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 10 de dezembro de 2002.
6. FRAGA, João Maria. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 15 de dezembro de 2002.
7. MARQUES, Rogério. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 02 de dezembro de 2002.
8. MENEZES, Glácio. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 30 de junho de 2004.
9. WALTER JÚNIOR. *Entrevista concedida à autora*. Natal, 29 de novembro de 2002.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
2. ALMEIDA, Maria Hermínia et al. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lula Montz (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
3. ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. 1994.

Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal.

4. ARAÚJO, Maria do Amparo A. et al.(Com. Responsável). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
5. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
6. BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
7. CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta (Org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
8. CAMPOS, Anderson de Souza. **Movimento Estudantil: quando novas práticas entram em cena**. 2000. Monografia (Graduado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
9. CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1972.
10. CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.
11. DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania In: DAGNINO, Evelina (Org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.
12. FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E.P. Thompson. In: **SOCIABILIDADES**. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.

13. FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política: a experiência dos Manauaras**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
14. _____, M. da Conceição. **Memória articulada e memória publicizada: a experiência de parlamentares brasileiros**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará). Fortaleza.
15. _____. Ritual e Símbolo na política estudantil. In: BARREIRA, et al (Org.). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro**: Fortaleza: EUFC, 1998.
16. GALVÃO, Mailde Pinto. **1964, aconteceu em Abril**. Natal: Clima, 1994.
17. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Vértice, 1990.
18. MELO, Rosana K. B. **A Ordem: Jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (jan. à mar. 1964)**, 2003. Monografia (Graduação em História – UFRN). Natal.
19. MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. In: **SOCIABILIDADES**. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996.
20. OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. **A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano**: Maceió: SERGASA, 1994.
21. PATRICIO, Adriana Cristina da Silva. **Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no rio Grande do Norte (1982-1882)**. 2002. Monografia (Graduação em história – Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal.
22. POERNER, Artur J. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
23. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
24. SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

25. SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas**. 2. ed. São Paulo: Dag gráfica e Editorial, s. a.
26. SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
27. VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
28. XAVIER, Maria Elizabeth, et al. **História da educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.